



DIÁRIO da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 8 DE JULHO DE 1992

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. João Domingos Fernandes de Abreu Salgado
Belarmino Henriques Correia
Alberto Monteiro de Araújo
José Ernesto Figueira dos Reis

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 25 minutos.

Em sessão dedicada a assuntos de interesse regional, usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Casimiro de Almeida (PSD), Miranda Calha (PS), João Mota (PSD), Gustavo Pimenta (PS), Rui Rio, Luís Geraldes e Carlos Oliveira (PSD), Miguel Urbano Rodrigues e Vítor Ranita (PCP), Abílio Sousa e Silva (PSD), Joel Hasse Ferreira (PS), João Carlos Pinho (CDS), Adérito

Campos e Duarte Pacheco (PSD), José Sócrates (PS), Bernardino Gata Silva e Jaime Marta Soares (PSD), Luís Peixoto (PCP), António Barradas Leitão (PSD), Laurentino Dias (PS), Manuela Aguiar e Cecília Catarino (PSD) Marques da Silva, Luís Filipe Madeira e Rui Vieira (PS) e João Poças Santos (PSD).

A Câmara aprovou ainda um parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre substituição de um Deputado do PSD.
A Sr.^a Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 5 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 25 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio Sousa e Silva.
Adérito Soares Campos.
Adriano da Silva Pinto.
Alberto Cerqueira Oliveira.
Alberto Monteiro de Araújo.
Álvaro José Martins Viegas.
Ana Paula Matos Barros.
António Barbosa de Melo.
António Barradas Leitão.
António Correia Vairinhos.
António da Silva Bacelar.
António de Carvalho Martins.
António do Carmo Malveiro.
António Fernandes Alves.
António Germano Sá e Abreu.
António José da Mota Veiga.
António Maria Pereira.
António Paulo Coelho.
Aristides Alves Teixeira.
Arlindo da Silva Moreira.
Armando Guerreiro da Cunha.
Arménio dos Santos.
Belarmino Henriques Correia.
Bernardino Gata da Silva.
Carlos de Almeida Coelho.
Carlos Lopes Pereira.
Carlos Lélis.
Carlos Miguel de Oliveira.
Carlos Oliveira da Silva.
Cipriano Rodrigues Martins.
Delmar Ramiro Palas.
Domingos Duarte Lima.
Domingos José Soares Lima.
Eduardo Pereira da Silva.
Fernando Cardoso Ferreira.
Fernando Correia Afonso.
Fernando dos Reis Condeesso.
Fernando Gomes Pereira.
Fernando Marques de Andrade.
Fernando Monteiro do Amaral.
Fernando Santos Pereira.
Guido Orlando Rodrigues.
Isilda Maria Pires Martins.
Jaime Gomes Mil-Homens.
João Álvaro Poças Santos.
João Carlos Duarte.
João de Oliveira Martins.
João do Lago Mota.
João Granja da Fonseca.
João José Pedreira de Matos.
João Salgado.
Joaquim Cardoso Martins.
Joaquim Eduardo Gomes.
Joaquim Fernandes Marques.
Jorge Paulo Roque da Cunha.
José Álvaro Pacheco Pereira.
José Ângelo Correia.
José Augusto Silva Marques.
José Borregana Meireles.

José Coelho dos Reis.
José de Almeida Cesário.
José Freitas Costa Leite.
José Leite Machado.
José Macário Correia.
José Manuel da Silva Costa.
José Mário Lemos Damião.
José Reis Leite.
Luís António Martins.
Luís Filipe Pais de Sousa.
Luís Manuel Costa Geraldes.
Manuel Acácio Martins Roque.
Manuel Antero Cunha Pinto.
Manuel Azevedo.
Manuel Baptista Cardoso.
Manuel Casimiro de Almeida.
Manuel Castro de Almeida.
Manuel Maria Moreira.
Maria Conceição Rodrigues.
Maria Fernanda Dias Cardoso.
Maria Leonor Belcza.
Maria Luísa Ferreira.
Maria Manuela Aguiar.
Maria Margarida Pereira.
Mário Belo Maciel.
Miguel Fernando Relvas.
Nuno Delerue Alvim de Matos.
Pedro e Holstein Campilho.
Pedro Manuel Cruz Roseta.
Rui Carlos Alvarez Carp.
Rui Fernando da Silva Rio.
Rui Manuel Lobo Gomes Silva.
Simão José Ricon Peres.
Virgílio de Carneiro.
Vítor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Alberto de Oliveira e Silva.
Alberto de Sousa Martins.
Alberto Manuel Avelino.
Ana Maria Bettencourt.
António Alves Martinho.
António Correia de Campos.
António da Silva Braga.
António de Almeida Santos.
António Domingues Azevedo.
António José Martins Seguro.
António Luís Santos Costa.
António Marques Júnior.
António Oliveira Guterres.
António Poppe Lopes Cardoso.
António Ribeiro Campos.
António Ribeiro da Silva.
Armando Martins Vara.
Artur Pereira dos Penedos.
Eduardo Ferro Rodrigues.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Elisa Maria Ramos Damião.
Eurico José de Figueiredo.
Fernando Manuel Costa.
Fernando Pereira de Sousa.
Fernando Pereira Marques.
Guilherme de Oliveira Martins.
Gustavo Rodrigues Pimenta.
Helena Torres Marques.
Jaime José Matos da Gama.

João Ferraz de Abreu.
 João Maria Meneses Ferreira.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Joaquim Fialho Anastácio.
 Joel Eduardo Hasse Ferreira.
 Jorge Lacão Costa.
 Jorge Paulo Almeida Coelho.
 José Almeida Leitão.
 José Apolinário Portada.
 José Barbosa Mota.
 José Eduardo Reis.
 José Ernesto dos Reis.
 José Gameiro dos Santos.
 José Manuel Lello Almeida.
 José Sócrates de Sousa.
 Júlio da Piedade Henriques.
 Júlio Miranda Calha.
 Laurentino José Castro Dias.
 Leonor Coutinho Santos.
 Luís Capoulas Santos.
 Luís Filipe Madeira.
 Manuel Alegre Melo Duarte.
 Manuel António dos Santos.
 Maria Julieta Sampaio.
 Raul Fernando Costa Brito.
 Raúl Pimenta Rêgo.
 Rui António Ferreira Cunha.
 Rui Machado Ávila.
 Rui Rabaça Vieira.
 Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião.
 Apolónia Maria Teixeira.
 João Gonçalves do Amaral.
 José Manuel Maia.
 Maria de Lourdes Hespanhol.
 Miguel Urbano Rodrigues
 Vítor Manuel Ranita.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 João Carlos da Silva Pinho.
 Manuel Rodrigues Queiró.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Isabel Maria Almeida Castro.

Partido da Solidariedade Nacional (PSN):

Manuel Sérgio Vieira Cunha.

Deputado independente:

Mário Baptista Tomé.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, como sabem, a nossa sessão de hoje foi convocada ao abrigo da alínea e) do artigo 66.º do Regimento da Assembleia da República e consta de um debate sobre assuntos políticos de interesse regional.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para intercalar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Sr. Presidente, ontem na discussão que se gerou a propósito de uma intervenção aqui feita pelo Sr. Deputado Ferro Rodrigues surgiram algumas dúvidas relativas à data em que deu entrada nesta Assembleia o parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado de 1990. Aliás, a comunicação social deu conta desse facto e ficaram algumas dúvidas quanto àquilo que efectivamente se passou.

Assim, para que fique registado no *Diário* e, sobretudo, para que, da discussão que se gerou entre os diversos Srs. Deputados, não se possa concluir da existência de qualquer censura implícita ao Tribunal de Contas ou ao próprio funcionamento da Assembleia, se V. Ex.ª me permitisse, eu, muito rapidamente, fazia uma descrição das datas relevantes para este caso.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado. Tem a palavra.

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado de 1990 foi aprovado no dia 22 de Junho de 1992; no dia 26 de Junho, o Tribunal de Contas remeteu à Assembleia da República o respectivo parecer, que deu entrada nesse mesmo dia, sexta-feira, na Assembleia.

Entretanto, o Sr. Presidente da Assembleia despachou esse parecer para a Comissão de Economia, Finanças e Plano no dia 30 de Junho, terça-feira seguinte, tendo a referida Comissão apreciado esse parecer, embora superficialmente, e eu próprio o despachei no sentido de ele ser remetido para o grupo de trabalho sobre contas públicas, que existe constituído no âmbito da Comissão, que é coordenado pelo Sr. Deputado Rui Carp e que integra também os Srs. Deputados Guilherme Oliveira Martins, Lino de Carvalho e Nogueira de Brito.

Mas, por razões que têm a ver com a entrada em férias do funcionário que dá assistência à Comissão, o referido parecer não terá sido imediatamente entregue ao Sr. Deputado Rui Carp, coordenador da Comissão. Aliás, fui eu próprio que, hoje mesmo, lhe fiz a entrega do parecer, embora o despacho esteja formulado desde 1 de Julho de 1992.

Por outro lado, penso que o conhecimento que os diversos grupos parlamentares tiveram do parecer, nomeadamente o Sr. Deputado Ferro Rodrigues, não é da responsabilidade da Comissão, muito menos do seu presidente, mas, presumo, poderá ter a ver com o facto de o Tribunal de Contas ter enviado aos grupos parlamentares um parecer semelhante, que, é óbvio, circulou mais rapidamente.

Portanto, era este o esclarecimento que eu queria fazer, agradecendo desde já ao Sr. Presidente ter-me concedido a palavra.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, agradeço-lhe por ter prestado esse esclarecimento, que se mostrava necessário para tornar as coisas claras.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Casimiro de Almeida.

O Sr. Casimiro de Almeida (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não oferecerá dúvidas a quantos, honesta, isenta e desapaixonadamente, vêm analisando a actuação dos governos da presidência do Prof. Cavaco Silva, que a saúde sempre foi incluída entre as metas prioritárias, a ela sendo concedidas sempre significativas e crescentes parcelas do Orçamento do Estado.

Sem, de modo nenhum, reconhecer o gigantesco esforço desenvolvido — reconhecido mesmo pelas entidades internacionais de idoneidade indiscutível — a mesma honestidade de apreciação leva-nos a concluir que há ainda um longo caminho a percorrer, graças a sabidos conjuntos de circunstâncias, mas, muito principalmente, a longos anos de atrasos que agora há que ultrapassar, não com a velocidade a que, humanamente, todos legitimamente aspiraríamos, mas no ritmo que as disponibilidades orçamentais permitam.

Trata-se de uma área que exige investimentos avultadíssimos, no que respeita a instalações, a apetrechamentos, a recursos humanos, a comparticipações, etc.

Também neste sector o distrito de Aveiro ocupa uma posição lisonjeira. Numa breve análise, e face aos elementos disponíveis, é fácil verificar que, embora a mortalidade no distrito de Aveiro continue a baixar, a taxa atingida nos últimos anos é, significativamente, superior à média nacional.

A mortalidade infantil, a mortalidade neonatal e a mortalidade geral apresentam evoluções mais favoráveis do que as verificadas no resto do continente.

No que respeita à prestação de cuidados de saúde primários, haverá que registar, no distrito de Aveiro, o aumento verificado na criação das chamadas extensões ou postos de saúde, para o que tem contribuído decisivamente, também aqui, o decidido empenhamento das autarquias, que, não raro, puderam contar ainda com a colaboração de instituições particulares de solidariedade social, quando não mesmo do contributo directo dos empresários e das populações.

Haverá que procurar corresponder a este empenhamento, já que são conhecidas situações em que instalações já concluídas esperam a criação e entrada em funcionamento dos serviços para que foram criadas. Terá de reconhecer-se que o estado de conservação das instalações e dos equipamentos dos centros de saúde deixam também a desejar em algumas situações.

No distrito de Aveiro, a prestação de cuidados de saúde diferenciados à população, em articulação com os Hospitais Centrais do Porto e de Coimbra, é assegurada pelos Hospitais de Aveiro, Águeda, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira, Espinho, Estarreja, Ovar, Anadia e São Paio de Oleiros.

No que respeita à criação de novos hospitais, será unânime a opinião de que a grande prioridade, tal como está programada e em fase de arranque, deverá ser concedida a Santa Maria da Feira, para onde está prevista a construção de uma unidade hospitalar na ordem das 400 camas. A dimensão, a pujança e a densidade populacional daquele concelho justificam plenamente a prioridade das prioridades, que apenas pecará por tardia!...

Naturalmente que todos os restantes hospitais apresentam as suas carências, sendo de registar o esforço desenvolvido na ampliação e no apetrechamento do Hospital de Águeda.

A recente celebração do 1.º centenário da Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis nasceu não para promover a criação de um hospital mas, sim, para assegurar o funcionamento de um hospital já construído e apetrechado unicamente a expensas dos beneméritos Manuel Alegría e Alexandre Vilar.

Tendo entrado em funcionamento em 1 de Julho de 1895, o Hospital de Oliveira de Azeméis, um dos pioneiros da região, assegurou durante décadas a assistência a uma vasta zona. Tendo saído da administração da Santa Casa da Misericórdia em 1975, tal como a generalidade das instituições congêneres, o Hospital de Oliveira de Azeméis atravessaria períodos de grande instabilidade, a que não foram estranhas

as perturbações da época e a sua inclusão num centro hospitalar.

Que esse «casamento» não estava certo prova-o a fase de recuperação vivida desde que o Ministério da Saúde, em boa hora, atendeu as reclamações dos que solicitavam a separação.

O Hospital, que atravessara uma fase de descrédito que preocupou seriamente a opinião pública, entrou numa primeira fase que se poderá classificar de estabilização, fase perfeitamente conseguida, recuperada a confiança das populações, tudo em resultado da acção eficiente e devotada da sua comissão instaladora, que aqui importa realçar por elementar acto de justiça.

Obtida a estabilidade, inadiável se torna um esforço dirigido no sentido da ampliação das instalações, visivelmente ultrapassadas, e do seu apetrechamento. Há carências que todo o esforço sobre-humano ali desenvolvido não pode colmatar.

O Sr. Mário Maciel (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E a experiência vem demonstrando que se impõe a criação da valência de cirurgia com a possível plenitude. A transferência dos doentes para outros hospitais, tornando mais difícil o apoio indispensável dos familiares, é motivo de legítima insatisfação das populações.

Por isso, daqui dirijo um apelo a S. Ex.^a o Ministro da Saúde.

Aplausos do PSD.

Entretanto, assumiu a presidência a Sr.^a Vice-Presidente Leonor Beleza.

A Sr.^a Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miranda Calha.

O Sr. Miranda Calha (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Ciclicamente tenho trazido a este Plenário dados e referências sobre o distrito de Portalegre. Ao fazê-lo pretendo deixar aqui uma informação sobre a realidade que é aquela região e ao mesmo tempo fazer uma chamada de atenção ao Executivo sobre os anseios, as necessidades e as preocupações dos que ali vivem e trabalham.

E são muitas as situações que se têm vindo a agravar em virtude de tardar uma política clara de desenvolvimento regional que equacione e procure soluções para as principais disparidades de um desenvolvimento que teima em concentrar-se no litoral e sistematicamente abandonar o interior.

Nos últimos anos os meios de financiamento conseguidos — sobretudo através dos fundos financeiros oriundos da Comunidade — permitiram que se pudesse fazer investimentos, lançar iniciativas, mas, passados estes anos e com os referidos meios, será que podemos considerar o interior menos interior? Temo que assim não seja!

Os indicadores de que dispomos sobre o distrito de Portalegre ilustram-no, sim, a crescer no envelhecimento da sua população, a perder as suas camadas mais jovens, a apresentar indícios de desertificação contínua e persistente, e, ainda, sem nenhuma evolução a nível empresarial e com padrões agrícolas arcaicos.

No entanto, o distrito foi objecto de uma operação integrada de desenvolvimento que significou um acréscimo de meios importante e, obviamente, positivo para a con-

cretização de iniciativas que envolveram diversas áreas de intervenção. Mas a concentração dos meios geridos, durante parte do período de aplicação, fora do distrito, a falta de uma ideia dinâmica sobre a aplicação dos fundos e a concretização daquela aplicação através de uma gestão participada pelos próprios protagonistas e destinatários da operação originaram a sua pulverização e dispersão, que impediu uma aplicação flexível com opções em acções estratégicamente importantes na promoção do progresso e desenvolvimento.

Não tivemos uma operação integrada; tivemos, sim, um programa somatório de pequenas intervenções.

Evidentemente que a globalidade do programa foi útil, mas poderia ter sido melhor! Assim, na eventualidade de novos meios para o distrito, há que prever acções que claramente indiciem prioridades, especialmente nas áreas que propiciem efeitos multiplicadores. Refiro-me à modernização agrícola, ao lançamento de alguns projectos industriais, ao esforço de promoção turística e, naturalmente, ao aproveitamento das potencialidades da região que assentam em grande medida nas áreas agro-alimentar e florestal.

É que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se nada se fizer em relação ao actual estado de coisas, não poderá haver qualquer optimismo em relação ao futuro, futuro tanto mais sombrio quanto se agregaram ainda recentemente os problemas da seca — com uma conhecida lentidão na concretização de apoios —, problemas de emprego e até a própria questão dos trabalhadores aduaneiros que naquela área tem especial relevância.

Por outro lado, dinamizar a região implica vias de comunicação e, na verdade, é também desesperante a situação do distrito nesta matéria.

A IP 2, que liga o Norte ao Sul, avança a um ritmo lentíssimo; a IP 7, fundamental para ligar rapidamente o distrito à capital, continua atrasada e o itinerário complementar n.º 13, que atravessa o distrito a meio, não vê a luz do dia. E refiro-me a vias mais ou menos principais porque a restante rede intersticial se encontra degradada em partes significativas dos respetivos traçados.

Porquê este problema de acessibilidades? Será que o distrito é duplamente vítima do facto de ter pouca população e, consequentemente, reduzido interesse eleitoral para o Governo?

Poderia ainda considerar, para além dos problemas da OID Norte Alentejana e das vias de comunicação, problemas em diversos outros sectores, como sejam a educação, onde persistem atrasos no desenvolvimento do ensino superior, a saúde, que, cada vez mais cara, constantemente tem problemas para os utentes em relação a atendimentos, emergências, marcação de consultas, etc., ou até o património cultural, tão importante no distrito e que se vê abandonado pelos responsáveis, como aconteceu com essa peça importante de arquitectura militar que é o Forte da Graça, em Elvas.

Enfim, é um desafiar de questões e problemas que mostram algum alheamento do Executivo sobre situações do interior.

Sr.º Presidente, Srs. Deputados: É necessário inverter as situações descritas.

É preciso apostar no desenvolvimento e no progresso do interior e para tal é necessária uma consequente política de desenvolvimento regional, participada e integrada e contando com a actividade dos sectores mais dinâmicos da sociedade, ou seja, agentes económicos, o mundo laboral e as autarquias locais que têm tido, especialmente estas, um papel determinante nas evoluções positivas que se têm vindo a verificar.

Em suma, é preciso alterar ou quebrar esta tendência secular de tudo concentrar, não só investimentos, na zona litoral do País.

É tempo de olhar o interior com outros olhos! Merecemos-nos as pessoas que lá vivem e que lá querem continuar, e é uma exigência de um Portugal moderno, que, então sim, será de verdadeiro sucesso.

Aplausos do PSD.

A Sr.º Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, a Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares irá ter lugar dentro de momentos, pelo que o Sr. Presidente pede aos representantes dos grupos parlamentares o favor de se dirigirem para a Sala D. Maria.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Mota.

O Sr. João Mota (PSD): — Sr.º Presidente, Srs. Deputados: Amarante, terra de poetas e pintores, não esquecendo o orador António Cândido, terra de Amadeo Souza-Cardoso, de Acácio Lino, de Teixeira de Pascoaes, Alfredo Brochado, Agustina Bessa Luís, Ilídio Sardoeira e outros, exige que voltemos os olhos para o Marão.

Quando Mário Césariny foi ao Porto, à Casa de Serralves, assistir ao lançamento do seu livro de poemas e pinturas — *Cidade Queimada* —, o apresentador afirmou, a certa altura, que Mário Césariny era o maior poeta português depois de Fernando Pessoa.

O poeta-pintor interrompeu num aparte: «Pois, o que eu gostava de ser era o maior poeta português depois de Pascoaes...»

Esta pedrada no charco não teve, contudo, o condão de acordar o País para uma dolorosa realidade: o esquecimento e o desamor com que tem sido tratada a figura do grande poeta Teixeira de Pascoaes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas, ao contrário do que se passava em Portugal, a sua obra tinha no estrangeiro grande e entusiástico acolhimento. Traduzida em espanhol, francês, holandês, alemão, checo e húngaro, despertou o maior interesse nos meios intelectuais de além-fronteiras.

O poeta sulço Talhoff ergueu-o à maior altura e afirmou: «Há muito que eu presentia o espírito que se manifesta em Pascoaes, num espírito maravilhoso na sua intrépida visão! Pascoaes é um contraponto cósmico. Nele se encontram as mais altas forças contra a escuridão demoníaca dos tempos. Pascoaes é um mensageiro apocalíptico, um organista da linguagem, que dele sai qual bíblica corrente de eternidade! Ele é de tal ordem do futuro, de tal maneira antecede todo o pensar, saber e dizer de amanhã, que não é de espantar que seja ainda incomprendido pelo homem vulgar do Ocidente.»

São horas de encarar de frente a desoladora situação do silêncio que se faz em Portugal sobre Teixeira de Pascoaes.

Pascoaes não é maior nem menor que Fernando Pessoa, tão mercedidamente homenageado nos últimos anos; é diferente, mas talvez mais genuinamente português!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr.º Presidente, Srs. Deputados: Temos vivido a era de Fernando Pessoa; impõe-se como um dever nacional iniciar a era de Teixeira de Pascoaes!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Cumprém-se, em 14 de Dezembro de 1992, 42 anos desde a sua morte. Espero que sejam condignamente comemorados.

No momento em que se celebram 500 anos da expansão portuguesa, como poderíamos esquecer a lição do portuguesismo da acção cultural da renascença Portuguesa, os ensinamentos patrióticos da *Arte de Ser Português*, esse livro dedicado à juventude — escrito em 15 dias, tal era a pressa da sua comunicação à gente jovem para formar um Portugal novo. Mas esta obra sámpar tem sido esquecida, quando não ignorada!

A beleza e o lirismo da sua poesia humanista,... a beleza e o rigor das suas biografias,... a pureza da sua filosofia saudosista!...

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Pascoaes criou a teoria da saudade. Para ele a saudade é a lembrança saudosa do passado projectada em esperança no futuro.

É nessa esperança que devemos alicerçar a nossa fé num Portugal maior.

É urgente colocar Pascoaes no lugar a que tem direito por mérito próprio.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É urgente repor o seu nome na Escola Preparatória de Amarante, sua terra natal.

É urgente tornar os seus livros leitura e estudo obrigatório nos dois últimos anos do ensino secundário e nas faculdades de Letras.

É urgente organizar jornadas e colóquios dedicados à sua obra.

É urgente organizar uma exposição fotobiográfica itinerante, que percorra todo o País e o dê a conhecer a mais portugueses.

É urgente criar um prémio literário com o nome de Pascoaes.

É urgente salvar a Casa de Pascoaes onde o grande poeta viveu e morreu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Terminei citando um excerto de um poema de Pascoaes que nos dá a medida do seu respeito pelo trabalho e do seu amor ao homem seu irmão: «A pena é irmã da enxada/a página dum livro é terra semeada.»

Aplausos do PSD, do CDS e de alguns Deputados do PS.

Sr.^a Presidente, vou entregar-lhe dois livros do poeta Pascoaes e farei a entrega dos restantes na Biblioteca da Assembleia da República, uma vez que lá não existe a obra deste autor.

Aplausos do PSD, do CDS e de alguns Deputados do PS.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Pimenta.

O Sr. Gustavo Pimenta (PS): — **Sr.^a Presidente, Srs. Deputados:** Na área do município do Porto vive-se um momento de alguma insuficiência democrática.

Vencidas as últimas eleições pelo Partido Socialista, o concelho adquiriu a dinâmica e a estratégia de futuro que os executivos municipais anteriores não souberam ou não puderam conferir-lhe.

Com efeito, aos cerca de 10 anos em que a cidade do Porto estiliou e se atrofiou nas tímidas a avulsas iniciativas do município, sucedeu uma época de enorme vitalidade e pujança, de nitido progresso enquadrado num projecto de futuro.

Todavia, **Sr.^a Presidente, Sr.^m e Srs. Deputados, a Câmara Municipal do Porto defronta-se com o grave problema de não ter oposição a que possa conferir-se o mínimo de credibilidade.**

De facto, os partidos com representação dos órgãos municipais ou não têm expressão representativa que lhes garanta hipótese de se posicionarem como alternativa de poder ou, tendo-a, não ultrapassam a lamentável incapacidade para oferecer à cidade uma visão diferente do futuro.

Incapaz de contestar a perspectiva em que a cidade se desenvolve e cresce, basta-se na guerrilha dos pormenores formais, sem exibir a mínima ideia que contribua para a cidade que todos queremos construir.

No momento em que a Área Metropolitana do Porto começa a ganhar corpo, é extremamente preocupante que se não vislumbre quem seja capaz de enriquecer o futuro que os socialistas estão a construir.

Importa, pois, que os partidos que se reclamam de vocação de poder, seja no âmbito municipal seja, doravante, no metropolitano, procedam a uma análise séria dos projectos que se apresentam, os aprofundem e formulem as suas fundadas críticas.

Os desafios que se colocam às sociedades, muito particularmente face à sua crescente urbanização, não dispensam o contributo lúcido e sereno de todos os eleitos dos cidadãos.

Os socialistas ambicionam melhorar a qualidade de vida dos Portugueses e estão conscientes de que essa é a tarefa a que ninguém deve furtar-se, sobretudo aqueles que se reclamam de oposição com aspirações a ser poder.

E é neste quadro que se insere a magna questão dos transportes na Área Metropolitana do Porto, cuja estrita responsabilidade, seja no plano urbano seja no ferroviário, é do Governo.

Sabe-se como o sector sofre de graves estrangulamentos e como urge definir uma solução de futuro, com um transporte de alta capacidade e de velocidade adequada, através do projecto do metropolitano de superfície.

E quando se espera, se exige!, um suporte esclarecido ao projecto, o Governo, ao incentivar soluções de conflituais, parece apenas interessado em dificultar.

Não é aceitável que o poder central, por acção ou omisão, não desculpe aos Portuenses terem escolhido os socialistas para dirigir os destinos da sua cidade.

É tempo de corrigir a trajectória: à dinâmica competente dos autarcas, impõe-se que o Governo corresponda com a assumpção clara das suas responsabilidades!

A solução do problema dos transportes é vital para o desenvolvimento de toda a Área Metropolitana do Porto.

Os Portuenses saberão contabilizar a inércia, deliberada ou não, de um governo que tarda em entender a dimensão exacta da questão e a urgência da sua solução.

Aplausos do PS.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rio.

O Sr. Rui Rio (PSD): — **Sr.^a Presidente, Srs. Deputados:** O Sr. Deputado Gustavo Pimenta entende que para existir uma oposição ela tem de estar, sistematicamente, a dizer mal do Executivo, neste caso do executivo camarário, mas se a oposição for construtiva e colaborante naquilo que entende que deve colaborar e ser oposição naquilo que entende que está errado, V. Ex.^a tira a ilação de que, pura e simplesmente, não há oposição!

Ora, é isto que posso depreender das suas palavras, pois V. Ex.^a não aceita uma oposição colaborante. Para além disso, tenho a dizer-lhe que nem tudo corre bem, e basta referir-me a um ponto: V. Ex.^a sabe que na cidade do Porto há ruas fechadas ao trânsito e esburacadas há meses e meses, logo que não tem legitimidade política para dizer que no passado as obras não andavam, pois elas, no passado, andavam bem mais rapidamente do que estão a andar neste preciso momento.

Quanto à ideia do metropolitano de superfície, uma ideia que no seu dizer é do Dr. Fernando Gomes, devo lembrar-lhe que ela surgiu durante a campanha do PSD nas últimas eleições autárquicas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Pimenta.

O Sr. Gustavo Pimenta (PS): — Sr. Deputado Rui Rio, receio que o senhor não tenha entendido exactamente aquilo que eu disse. Do que nos queixamos no Porto não é de uma oposição colaborante, pois essa é a que nós defendemos; do que nos queixamos é de uma oposição que se dedica à guerrilha, no plano formal, dos pequenos pormenores que se desenvolvem na assembleia municipal a propósito do seu regimento, da lei e de outros pormenores, e não aborda os problemas de fundo.

Na verdade, o que queremos é uma crítica profunda e reflectida sobre os grandes projectos que propomos para a cidade e para os quais queremos a participação de todos os partidos, particularmente do PSD.

Quanto à questão das obras, devo dizer-lhe que se estiver atento verificará que hoje há muitas obras e, se reparar bem, verá que elas andam!... Quanto às obras do passado é óbvio que elas não andavam porque, pura e simplesmente, não existiam.

Aplausos do PS.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado Luís Geraldes, peço-lhe desculpa, mas a Mesa, há pouco, não se apercebeu de que o senhor tinha pedido a palavra também para formular pedidos de esclarecimento.

Tem, pois, V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Luís Geraldes (PSD): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Sr. Deputado Gustavo Pimenta, ouvi com atenção a curfissima intervenção, pró-socialista, que V. Ex.^a proferiu da tribuna e, inicialmente, fiquei com algum receio,... mas não resisto à tentação de focar dois aspectos que considero extremamente importantes.

V. Ex.^a veio aqui dizer que o Porto sem Gomes era uma cidade atrofiada — aliás, disse que o País não respirava, que o Norte não se movia se não fosse o Gomes ...

Entretanto, referiu que o problema dos transportes era culpa do Executivo... É como dizer que o que está bem é por obra do PS e o que está mal é por causa do executivo central!...

Vozes do PS: — Está muito bem dito!

O Orador: — Bom, certamente, V. Ex.^a recorda-se das centenas de vezes que o presidente da Câmara do Porto tem

falado do TGV — aliás, não sei se ele sabe o que é que isso quer dizer. E, então, V. Ex.^a vem aqui dizer, por um lado, que o problema dos transportes do Porto é da responsabilidade do executivo central e, por outro, quando se torna necessário implementar campanhas sobre o trajecto do TGV, é já o presidente da Câmara do Porto que é capaz de resolver essa questão?...

Sr. Deputado, vou dar-lhe uma sugestão, a si, ao Sr. Presidente da Câmara do Porto e aos socialistas do Porto: tomem conta do lixo na cidade do Porto, pois é uma vergonha uma cidade daquela envergadura não ter um sistema adequado de recolha de lixo. Isso não tem a ver com o governo central! Tem a ver com o presidente da Câmara do Porto.

Gostaria, pois, que o senhor se referisse a esta matéria.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Pimenta.

O Sr. Gustavo Pimenta (PS): — Sr. Deputado, tenho receio, novamente, de que o senhor não tenha ouvido exactamente aquilo que eu disse. Na verdade, eu nem uma só vez referi o Sr. Presidente da Câmara, Dr. Fernando Gomes... Falei, sim, dos socialistas que gerem o município do Porto,...

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... falei da área metropolitana, que é maioritariamente gerida por socialistas e, naturalmente, que entre eles sobressai a figura do presidente do município, o que, porventura, vos magoa e dói!

O Sr. Deputado disse que eu fiz uma intervenção pró-socialista. Bom, naturalmente, sendo eu socialista, penso que não seria de esperar outra coisa de mim!...

Quanto às suas opiniões, inteiramente subjectivas, sobre o estado da cidade do Porto, deixo-as com o Sr. Deputado, pois não são as minhas.

Aplausos do PS.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Oliveira.

O Sr. Carlos Oliveira (PSD): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Num mundo em acelerado processo de transformação é necessário, cada vez mais, adoptar uma visão estratégica em relação às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

Apesar das dificuldades inerentes à definição e implementação de tal visão estratégica, devemos reconhecer que este tem sido um objectivo do PSD e do Governo.

No que se refere às comunidades portuguesas, a tendência que existe em todos os sectores para colocar o acento tónico no imediato e na conjuntura de interesses de curto prazo desvia a atenção e o debate que se deve concentrar nas questões de fundo, ou seja, nas questões estratégicas.

Isto é preocupante, essencialmente por dois motivos: em primeiro lugar, porque as comunidades portuguesas revestem-se de um grande interesse estratégico para Portugal e, em segundo lugar, porque o tempo disponível para definir, debater e, sobretudo, implementar medidas de interesse nacional esgota-se.

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Começo por desenvolver precisamente o primeiro ponto — o interesse estratégico das

comunidades portuguesas —, que se manifesta nas vertentes económica, cultural, política e geoestratégica.

No campo económico não poderia deixar de salientar, em primeiro lugar, as remessas financeiras enviadas pelos não residentes, que, em diferentes períodos da história económica do País, constituíram uma contribuição fundamental para o bem-estar e o progresso de Portugal.

Mas para salientar o valor actual destas remessas para a economia portuguesa, e utilizando dados do Banco de Portugal, basta indicar que o valor das remessas enviadas em 1990 — 605 milhões de contos — foi cinco vezes superior às transferências líquidas da Comunidade Europeia, para Portugal, no mesmo ano e que foram no valor de 121 milhões de contos.

Crescentemente, as remessas enviadas são aplicadas em investimento produtivo no País, gerando, desta forma, mais crescimento económico e mais emprego.

Ainda no campo económico, as comunidades portuguesas têm favorecido as trocas comerciais portuguesas através da facilitação da penetração de produtos e de projectos empresariais portugueses nos mercados dos respectivos países de acolhimento.

Mas o valor estratégico das comunidades portuguesas não se esgota na perspectiva economicista.

No campo político, a existência de comunidades portuguesas entrosadas nos respectivos países de acolhimento implica também um valor político substancial para Portugal, que pode ser aproveitado através da estimulação de formação de *lobbies* portugueses nesses mesmos países. Veja-se o exemplo das comunidades grega, italiana e judaica nos Estados Unidos da América.

No campo cultural, a grande dimensão da comunidade portuguesa e a sua dispersão planetária constituem um importante factor de divulgação da cultura e da língua portuguesa — não refiro aqui a importância do Brasil e dos países africanos de língua oficial portuguesa porque o tema em análise refere-se especificamente às comunidades portuguesas emigradas.

Poucas nações têm o privilégio de poder beneficiar de igual modo de tão importante factor positivo. Ainda neste campo, merece realçar o potencial científico que representam as novas gerações de portugueses que estudam e lecionam nas universidades dos países de acolhimento, ou que estão inseridos nos mais diversos programas de valor científico, nesses mesmos países. Embora o número de portugueses nestas circunstâncias ainda seja relativamente pequeno, tem tendência a aumentar exponencialmente.

Finalmente, no campo geoestratégico, o peso social, económico ou político que algumas destas comunidades possam ter em alguns países de acolhimento não pode deixar de constituir um factor importante na política externa portuguesa. Veja-se o caso dos portugueses na República da África do Sul e imaginem-se as vantagens que adviriam de uma maior e melhor organização do *lobby* da comunidade portuguesa nos Estados Unidos da América.

Sr.º Presidente, Srs. Deputados: Tendo acabado de referir a importância estratégica das comunidades portuguesas, passo agora, de uma forma muito breve, ao segundo ponto, que se refere ao pouco tempo disponível para debater e implementar medidas no sentido de potenciar este valor estratégico.

O tempo disponível é limitado por duas razões: em primeiro lugar, e como já referi numa anterior intervenção, a segunda geração de portugueses nas comunidades portuguesas tem uma tendência natural para se integrar cada vez mais nas culturas e interesses particulares dos países de acolhi-

mento. A integração, em si, não é problemática e é até desejável; o problema é a assimilação cultural total que esta integração pode acarretar, com prejuízos óbvios para os interesses portugueses, se não houver mecanismos de atracção e manutenção de ligação à cultura, e esses interesses.

O tempo disponível é limitado, em segundo lugar, pelo limite temporal da nova onda de avanço tecnológico, cujo início o mundo está, neste momento, a viver.

A última onda significativa registou-se na passagem dos anos 30 para os anos 40 e produziu invenções como o radar, a televisão, o *nylon*, o avião a jacto, a penicilina e o transistador, entre outros.

Foi precisamente esta onda tecnológica que foi o motor da economia mundial nos anos 50 e 60. Nos anos 70, estas tecnologias estavam completamente exploradas e a economia mundial estagnou. Uma nova onda tecnológica, aliada especialmente à microelectrónica, à biotecnologia e à cerâmica, está a iniciar-se e conduzirá a economia mundial nos anos 90 e no início do próximo século. Não podemos deixar de participar no início desta onda tecnológica, incrementando os nossos escassos recursos com a criatividade, a experiência e o conhecimento tecnológico daqueles portugueses que tão brilhantemente contribuem para o progresso de tantos países em todo o mundo.

Sr.º Presidente, Srs. Deputados: A consciência da importância estratégica das comunidades portuguesas e do tempo disponível para potenciar este valor estratégico implica que a política do Estado português em relação às comunidades portuguesas deve reforçar e potencializar o valor estratégico destas mesmas comunidades para seu benefício e de Portugal.

Neste sentido são importantes três aspectos: o primeiro refere-se ao desenvolvimento e progresso interno de Portugal, sem o qual não será possível ao Estado português ter a capacidade financeira, organizacional e de recursos humanos para adequadamente servir as comunidades portuguesas e implementar as políticas a elas referentes. Aliás, grande parte das carências actuais resultam da degradação contínua que se verificou entre 1975 e 1985 e, de uma forma mais estrutural, da política pouco arrojada adoptada pelo Estado português antes do 25 de Abril.

No entanto, o desenvolvimento e o progresso interno são também importantes para reforçar o orgulho de ser português do não residente, que tem de perder algum do seu orgulho ao reconhecer que o seu próprio país não tem, a determinada altura, capacidade de lhe proporcionar as oportunidades de vida que foi encontrar no país de acolhimento. Quem conhece as comunidades portuguesas sabe que este factor psicológico é muitas vezes causa de um certo ressentimento, na sua maior parte subconsciente, por parte do não residente, em relação ao seu próprio país, ressentimento esse que é desfavorável à constituição de *lobbies* portugueses. Neste sentido, as comunidades portuguesas têm reconhecido e aplaudido a obra de governação do PSD, que, desde 1985, tem orientado o País na onda do progresso e, indiscutivelmente, projectado Portugal a nível internacional.

O segundo factor refere-se à igualdade de tratamento e de direitos que, existindo no domínio dos direitos privados, continua a não existir ao nível dos direitos políticos — em particular, a discriminação de que são alvo os não residentes ao serem excluídos do direito de voto na eleição presidencial é vista pelos não residentes não tanto como uma questão política ou jurídica mas, principalmente, como uma questão de respeito e dignidade.

Actualmente, esta discriminação, aliada às dificuldades no domínio do recenseamento e do modo do exercício do voto, representa o maior motivo de desmobilização e desmotivação das comunidades portuguesas em relação a uma participação efectiva destas comunidades na criação, reforço e dinamização de *lobbies* portugueses e de aspectos da política económica, cultural e geopolítica portuguesa.

Assim sendo, aqueles que apresentam todos e quaisquer motivos para continuar a impedir o direito de voto dos portugueses na eleição presidencial estão ao mesmo tempo a tomar uma decisão de significado histórico com consequências de longo prazo para a forma como vemos a Nação portuguesa. Em vez de uma nação universal, descomplexada, dinâmica, com uma visão moderna e de futuro, que se sabe antecipar e tirar proveito das tendências mundiais de globalização, vêm uma nação que se fecha em si mesma, que olha para o seu umbigo e para questões parroquiais. Enfim, vêm uma nação etnocêntrica por manifesto receio daqueles portugueses que, vivendo fora do País, já não comungam exactamente das mesmas perspectivas.

Contrariamente a esta visão, o PSD continuará a defender que a igualdade de direitos políticos, especificamente no que respeita ao direito de voto na eleição presidencial, constitui não só um factor de importância estratégica mas, também, uma premissa base de reconhecimento da nacionalidade portuguesa e da dignidade dos não residentes.

Por último, o terceiro factor importante de actuação refere-se às políticas específicas a adoptar em relação às próprias comunidades portuguesas. No campo económico, além da continuação dos estímulos existentes para a captação das remessas das comunidades portuguesas, é necessário promover e fortalecer a interligação do tecido empresarial entre as várias comunidades portuguesas e entre estas e Portugal.

Neste contexto, devemos louvar a iniciativa do Governo português de estimular e promover a formação da Confederação Mundial dos Empresários das Comunidades Portuguesas, que recentemente celebrou um ano de existência. Entre outros projectos, esta Confederação está a criar um banco de dados de empresários das comunidades portuguesas.

No campo cultural, interessa, antes de mais, adoptar uma política de língua que, baseada no *marketing* e em canais institucionais próprios, prestigie e reforce o ensino da língua portuguesa no estrangeiro.

Também neste sector, devemos louvar a acção que o Governo português tem vindo a implementar, com relativo sucesso, no sentido de introduzir o ensino do português nas escolas oficiais dos países de acolhimento e salientar a sua decisão de criar o Instituto Camões, que terá, num futuro breve, delegações espalhadas pelo mundo. O Instituto Camões irá promover o ensino e difusão da língua portuguesa como língua estrangeira, como grande língua de comunicação a nível mundial. Este Instituto irá também ajudar a solucionar a situação da desactualização, estereotipia e enviesamento que a língua portuguesa sofre em muitas comunidades portuguesas.

No campo político, é necessário envidar esforços, que serão em muitos casos informais, para fortalecer os *lobbies* portugueses nas comunidades de acolhimento e estimular uma maior participação e actuação do *lobby* português nesses países.

A envolver tudo isto é necessário um quadro orgânico suficientemente equipado e apetrechado de recursos adequados que apoie a coordenação da actuação das políticas do Estado português.

Os recursos do Estado português para implementar esta acção são limitados, atendendo às carências estruturais e históricas que têm origem em toda uma acção passada, de várias décadas. No entanto, devemos salientar aqui os esforços em curso e os resultados positivos de informatização e reequipamento da rede consular e a reestruturação em curso no Instituto de Apoio à Emigração das comunidades portuguesas.

Em relação aos portugueses de segunda e terceira gerações, devemos realçar o incremento do apoio do Governo às suas iniciativas e a forma cada vez mais estruturada como este mesmo Governo tem vindo a apoiar estas iniciativas.

Finalmente, terá de ser efectuado um esforço enorme no campo da informação para interligar as comunidades entre si e com Portugal. Neste campo, vamos ter de, obrigatoriamente, mais uma vez, louvar o Governo português pela implementação do grande projecto de informação que constitui o canal de televisão internacional e todos os projectos de apoio e investimento que tem efectuado nos países africanos de língua oficial portuguesa. Estes projectos vêm complementar a expansão da rede da Lusa nas comunidades portuguesas e o apoio concedido pelo Governo à distribuição de imprensa nessas comunidades.

Apresentei, de uma forma sumária, uma perspectiva que salienta o valor estratégico das comunidades portuguesas; o pouco tempo disponível para potenciarmos este valor; e salientei algumas áreas de actuação.

Para concluir, uma última nota: apresentei uma perspectiva que incidiu sobre o valor estratégico das comunidades portuguesas, mas que, de forma nenhuma, se sobrepõe à visão humana e fraterna que de igual modo o PSD adopta em relação às comunidades portuguesas.

Aplausos do PSD

A Sr.º Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Urbano Rodrigues.

O Sr. Miguel Urbano Rodrigues (PCP): — Sr.º Presidente, Sr. Deputado, perante o seu entusiasmo, a sua euforia, diante daquilo a que chama as definições estratégicas da política do Governo perante as comunidades, queria perguntar-lhe se, tratando-se de uma política tão notável, tem conhecimento dos motivos por que o Governo, desde o início desta sessão legislativa, não respondeu uma única vez a perguntas que lhe foram feitas pelo Grupo Parlamentar do meu partido relativamente a algumas das questões que levantou e, particularmente, à difusão do ensino do português entre as comunidades.

Tive recentemente ocasião de verificar em França, tanto na Alsácia como na região de Paris, que os emigrantes se queixavam precisamente da situação, que eles consideravam humilhante, de verificarem que os espanhóis e os italianos em qualquer liceu francês têm o direito de optar pela língua das suas famílias e que, na maioria dos casos, os portugueses não podem fazê-lo, embora o português seja uma língua com uma difusão muito maior que as referidas e apesar de o italiano ser uma língua de cultura.

Gostaria de saber também por que é que é difícil obter respostas por parte do Governo em relação a outras questões, tal como a relativa aos conselhos de país, cuja criação foi anunciada, mas em torno dos quais existe um denso véu de mistério.

Perante isto, Sr. Deputado, parece-me que a realidade contradiz o seu optimismo, a sua euforia!...

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Belcza): — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Oliveira.

O Sr. Carlos Oliveira (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Miguel Urbano Rodrigues, é de facto notável esta política e vê-se pelos resultados eleitorais que o PSD obteve há poucos meses atrás!

Quanto à sua pergunta relativamente à ausência de respostas por parte do Governo, isso é uma pergunta que o Sr. Deputado deve dirigir ao Governo.

Em relação à situação do ensino do português, devo dizer que a evolução tem sido bastante positiva, com exceção do caso da França, onde tem havido uma diminuição, de facto, de estudantes portugueses. No entanto, essa é uma situação que o Instituto Camões irá, decerto, colmatar.

No que respeita aos conselhos de pais, ainda agora efectuei uma viagem à África Austral e verifiquei que na África do Sul, que é um país de uma importância estratégica fundamental para Portugal, o Conselho de Pais foi eleito há poucos meses e tem uma força bastante forte e dinamizou grandemente a sociedade civil.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Ranita.

O Sr. Vítor Ranita (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Estamos prestes a terminar mais uma sessão legislativa e o Parlamento irá, depois, retomar os seus trabalhos, já próximo da discussão de um novo Orçamento do Estado.

Eis, na opinião do Grupo Parlamentar do PCP, uma boa oportunidade para aqui deixarmos algumas palavras a sublinhar a importância de não deixar esquecer as carências básicas da Região Norte, cuja satisfação é indispensável ao seu desenvolvimento económico e social.

Algumas palavras, simultaneamente, a lembrar que, no recomeço dos nossos trabalhos, será tempo de adoptar as medidas que assegurem à população nortenha a reparação da injusta secundarização a que tem sido votada pelo poder central ao longo dos anos.

Esse injusto e desfavorável tratamento dos sucessivos governos, e, em concreto, também dos governos do PSD, traduz-se em que a chamada «Região Norte» é a terceira pior região da CEE e a pior região de Portugal, quanto à situação sócio-económica e ao desenvolvimento regional. De facto, ela é marcada por fortes assimetrias, pela dramática situação dos trabalhadores da indústria têxtil, pelo grave problema da sinistralidade laboral, pelo trabalho infantil, pela crescente instabilidade do emprego, pelo ataque diário aos direitos dos trabalhadores e pelos baixos salários.

Ao nível do distrito do Porto, essa injusta subestimação dos problemas reais das suas gentes faz que uma população que ultrapassa 1,6 milhões de habitantes, representando cerca de 16,5 % da população nacional e 47 % da população da Região Norte, continue a enfrentar as mais graves carências quanto a infra-estruturas e equipamentos colectivos — é o caso das comunicações e transportes. Apesar das alterações nas auto-estradas, nos últimos anos, é significativo que se mantenham inalteráveis os desproporcionados 6 % de estradas nacionais desse distrito, relativamente ao total do continente.

Ao défice de estradas nacionais somam-se o insustentável atraso do arranque da construção da Ponte do Freixo, a falta

de uma solução para outra travessia em Entre-os-Rios os atrasos na execução da rede do nó ferroviário do Porto e o desaproveitamento das possibilidades de travessia fluvial entre as duas margens do Douro.

De tudo isto resulta que centenas de milhares de pessoas que se deslocam, trabalham ou vivem no Porto se debatem diariamente com o inferno permanente dos atrasos, dos ruídos, dos engarrafamentos e do stress, vítimas directas e indirectas dos estrangulamentos que persistem e tendem ao agravamento nos acessos dos centros urbanos, sobretudo no Porto, em Vila Nova de Gaia e em Gondomar.

Outra situação que ilustra as graves carências de infra-estruturas a que está sujeita a população do distrito do Porto é a que se relaciona com o saneamento básico: só 30 % dos seus habitantes têm acesso à rede de esgotos. Estes, no essencial e sem o devido tratamento prévio, vão directamente para os rios e para o mar, o que coloca o distrito do Porto na pior situação do País e da Comunidade Europeia — aliás, são os próprios dados oficiais do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais que revelam haver tratamento de águas residuais, domésticas e industriais para apenas 4 % da população do distrito.

Consequências desta situação são os elevados índices de poluição dos rios — particularmente graves no Ave, no Leça e na zona do estuário do Douro — e, ainda, a poluição crescente do lençol freático da zona urbana e de todo o litoral.

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Entre os mais graves problemas do distrito do Porto está, sem dúvida, o da habitação.

As más condições de habitação e a falta de casas a preços acessíveis — o que afecta particularmente os jovens casais — constituem um gravíssimo problema social, em particular na área metropolitana, onde prolifera a habitação clandestina e se multiplicam novas ilhas, se degradam os bairros municipais e persistem as casas em perigo de ruína, nos centros históricos do Porto e de Gaia, o que em geral se associa a situações de pobreza e miséria que atingem milhares de famílias, e, em primeiro lugar, as crianças e os idosos.

O PCP tem vindo a pugnar por medidas que alterem substancialmente esta situação. O nosso grupo parlamentar tem insistido em propostas de correção do Orçamento do Estado que, se tivessem sido aprovadas, conduziriam à melhoria da situação de gritantes carências de infra-estruturas e equipamentos colectivos, em áreas tão importantes como a habitação, o saneamento básico, os transportes, a saúde e a assistência social no distrito do Porto.

Porém, o Governo e a maioria PSD persistem em recusar ao distrito do Porto os investimentos correspondentes à sua importância social e económica no contexto nacional; persistem em recusar-lhe, afinal, a atenção que a sua população merece!

Pelo nosso lado, não deixaremos de continuar a bater-nos pelas soluções exigidas pela necessidade de melhoria da qualidade de vida e pelo efectivo desenvolvimento económico e social do distrito do Porto e do Norte do País.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Abílio Sousa e Silva

O Sr. Abílio Sousa e Silva (PSD): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Não é meu propósito aproveitar esta tribuna para carpir a desgraça, dissertar miserabilisticamente sobre

a coisa pública ou arrolar todas as carências sentidas pela população do distrito de Viana do Castelo neste ou naquele sector de actividade.

Também é certo que não proscirei um laudatório sobre o Alto Minho, como se tudo já estivesse resolvido, enfim, como se os diversos graus de necessidades da população tenham sido satisfeitos e esta atingisse já o nível de bem-estar social por que ansiava.

Como Deputado, natural e residente no distrito que tão bem conheço, senti sérias dificuldades na selecção da temática a abordar, por manifesto receio de subestimar questões, porventura, consideradas mais importantes, defraudar expectativas ou até de ferir susceptibilidades.

Afiguram-se-me, no entanto, particularmente relevantes e merecedoras de uma curta abordagem, por curto ser o tempo de que disponho, os três vectores que seguidamente enuncio: rede viária, saúde, saneamento básico. O primeiro porque é consabido que não há desenvolvimento nem progresso se não existirem rodovias em termos quantitativos e qualitativos; os restantes porque um se impõe como inegável direito natural e constitucionalmente consagrado e o último porque corresponde a normal exigência de uma sociedade desenvolvida.

Quanto à rede viária, o distrito de Viana do Castelo está, de facto, asfixiado. A rede viária de que ainda dispõe não é a melhor, não satisfaz nem cativa investidores, conhecedores que são da importância que ela assume no contexto do crescimento/desenvolvimento da empresa.

Felizmente, os sinais de mudança são já evidentes e susceptíveis de inverter a marginalidade que durante tantos anos pendeu sobre o Alto Minho. Com efeito, são disso testemunho a já concluída construção da ponte sobre o rio Neiva, a ponte internacional sobre o rio Minho, em Valença, em fase já adiantada de construção, a construção, também em curso, da ponte internacional sobre o rio Minho, em Monção, e os respectivos acessos, a projectada ponte sobre o rio Lima a montante de Ponte da Barca, cuja construção se prevê para 1993, o novo traçado das estradas nacionais n.º 202 e 301, que ligam Monção a São Gregório, em Melgaço, antiga e bem merecida aspiração daquela laboriosa gente alto-minhota, em fase de adjudicação, as aprovadas e já programadas construções do IP 1, prevendo-se a sua conclusão em 1996, o IP 9, igualmente calendarizado até 1996, o IC 24, corredor transversal, que considero de capital importância para o desenvolvimento do interior do distrito e do próprio porto de mar, devido à sua ligação ao interior/sul da vizinha Galiza, prevista igualmente para 1996, o IC 1, que assegurará a ligação de Vila Praia de Âncora ao Porto, via rápida com quatro faixas, e cuja conclusão se aponta para fins de 1994.

Vozes do PS: — Só?!

O Orador: — Esta rodovia constitui uma justa reivindicação e assume-se como inadiável exigência da população de Viana do Castelo. Consideramo-la artéria vital da rede viária do distrito, tendo ainda, há bem pouco tempo, os Deputados do círculo de Viana do Castelo, em funções nesta Assembleia, requerido ao Governo que informasse do desenvolvimento e da situação desse processo e que ao mesmo fosse atribuído carácter urgente e prioritário.

Quanto à saúde, é neste sector onde o Estado mais tem investido, em termos de instalações e de equipamentos, quer ao nível dos cuidados de saúde primários quer dos cuidados de saúde diferenciados.

Na verdade, Viana do Castelo dispõe de um moderno e funcional hospital distrital, sendo de realçar o esforço que os seus responsáveis têm feito, em conjugação com o conselho de administração do Hospital de Ponte de Lima e de todas as autarquias do distrito, para a descentralização das valências de reumatologia, geriatria e medicina física e de reabilitação para este último hospital.

É uma medida que colhe todo o nosso empenhamento, pois, assim, se racionalizam meios, se dá resposta eficaz à população do vale do Lima, se reduzem encargos aos serviços e aos utentes e se contribui para o equilíbrio emocional dos doentes e dos seus familiares.

Esperamos que o Governo venha a conceder alguns meios, por forma a permitir que se consumstancie tão louvável propósito.

Esperamos ainda, no que respeita à integração do Centro de Saúde Mental de Viana do Castelo — suas unidades de internamento da Gelfa e de Paredes de Coura —, no Hospital Distrital, que aos cerca de 100 trabalhadores lhes seja assegurada a necessária garantia do lugar e da carreira e, se possível, sejam integrados no Hospital Distrital, impondo-se, para o efeito, uma rápida alteração do respectivo quadro de pessoal.

Relativamente aos cuidados de saúde primários, é de realçar a construção dos seguintes centros de saúde e a perspectivação de outros: em Monção e Valença, ambos em funcionamento desde Agosto de 1991; em Vila Nova de Cerveira, prevista a sua conclusão dentro de 30 dias; em Freixo, já concluído e assinado o respectivo auto de recepção provisória; em Darque, também em fase de construção, prevendo-se a conclusão das obras em finais do próximo ano; em Lanhenses, vai ser aberto concurso público dentro de dias para a construção do novo edifício: em Barroselas, idem, dentro dos próximos dois meses; em Ponte da Barca e Ponte de Lima, ambos em fase de adiantada elaboração de projecto.

É justo que mencione e releve a prestimosa colaboração das respectivas autarquias, traduzida pela doação ou cedência gratuita dos terrenos necessários, alguns deles importando em largas dezenas de milhares de contos.

Lamentavelmente, apenas o concelho de Caminha ainda não dispõe de centro de saúde com instalações condignas. Funciona num velho edifício da misericórdia, tendo o internamento sido objecto de encerramento por não oferecer condições funcionais e de segurança.

Temos, no entanto, conhecimento que a Administração Regional de Saúde de Viana do Castelo se mantém em permanente diálogo com a Câmara de Caminha para que esta defina e disponibilize um terreno adequado para a implantação do novo centro de saúde.

É certo que, recentemente, o executivo levou uma proposta à ratificação da Assembleia Municipal, em que a Câmara se compromete a doar terreno para o efeito. Mas, não sendo rapidamente definido e localizado, corre-se o risco de, em tempo útil, se não poderem inscrever verbas no PIDDAC para 1993, protelando-se mais uma vez a construção do centro de saúde.

Da nossa parte tudo faremos para que o Governo se comprometa politicamente para alcançar tal objectivo.

Quanto ao saneamento básico, é uma área que cabe na exclusiva esfera de competência das autarquias, pelo que, e por isso mesmo, quero felicitá-las pelo sentido de responsabilidade e enorme esforço financeiro que têm suportado, devido à construção de estações de tratamento de águas residuais, cujo custo, bem o sabemos, atinge largas centenas de milhares de contos.

Seria injusto se não fizesse, aqui e agora, uma referência elogiosa à Câmara Municipal de Viana do Castelo pela atenção que lhe merce a causa da saúde pública e ambiental.

Com efeito, candidatando-se aos programas comunitários, as estações de tratamento de águas residuais em construção, adjudicadas e em projecto orçam em 4 milhões de contos, o que constitui um encargo financeiro deveras digno de relevo.

Porém, como residente em Vila Praia de Âncora, concelho de Caminha, não posso deixar de mencionar os nocivos efeitos provocados por uma estação de tratamento de águas residuais de rudimentares características localizada no pinhal da Gelfa, nem esquecer a aparente degradação das areias e a suposta alteração da qualidade da água do rio Âncora, provocadas pelo, ainda recente, lançamento dos esfluentes directamente no rio, a escassos 100 m da praia e a 200 m do seu desaguamento no mar!

Apelamos à Câmara de Caminha para que ponha cobro a este sério problema, que tantos dissabores e prejuízos tem causado à população de Vila Praia de Âncora.

A nossa quota de responsabilidade para a tentativa de resolução desta causa já a demos, pelo empenho colocado junto do competente membro do Governo, para que a importante obra de saneamento da orla marítima fosse financiada por este, o que de facto aconteceu, com a elevada participação de 70 % do seu valor global.

Esperemos, assim, que Vila Praia de Âncora venha novamente a conquistar o estatuto de praia concorrida, com direito à bandeira azul, e justifique o apelido de «Praia das Crianças», para que se cumpra o poeta e escritor ançorense Dr. Francisco Sampaio, que cito: «Vila Praia de Âncora,/ Cantinho do céu,/ onde, em Portugal,/ mar igual ao teu.»

Aplausos do PSD.

A Sr.^a Presidente (Leonor Boleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Parecerá oportuno, neste momento em que tanto se tem falado do distrito e da península de Setúbal, contribuir para o esclarecimento do que realmente se passa na região.

Depois da crise vivida com particular agudeza nalguns anos, a integração europeia, o dinamismo dos novos empresários, bem como o clima de concertação que gradualmente se implementou em largas áreas do tecido empresarial, conjugaram-se no sentido de abrir novas perspectivas de investimento e de combater a degradação do tecido económico.

No quadro da evolução recentemente verificada, é justo referir que o esforço de algumas autarquias, os trabalhos da Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal e o aumento do investimento traçam um novo quadro, cujos aspectos positivos devem ser salientados e cujos riscos devem ser inventariados.

Entretanto, alguns problemas sociais agudizaram-se. O encerramento de diversas unidades industriais provocou efeitos sociais extremamente negativos no conjunto do distrito e as novas alternativas de emprego emergentes não contemplam os trabalhadores desempregados destas empresas, já que não foi feito atempadamente o esforço de reconversão profissional e de reciclagem de pessoal que permitisse uma integração em unidades empresariais modernas dos lançados no desemprego.

Não contestamos a necessidade, a urgência até, em reformular o tecido económico do distrito de Setúbal. Só que essa urgência e essa necessidade têm que ser compatibilizadas com o respeito pelo princípio da solidariedade social.

Por outro lado, o processo de crescimento económico que se verifica tem deixado de lado uma boa parte dos concelhos do sul, onde os problemas agrícolas, por exemplo, estão longe de se poderem considerar resolvidos.

O distrito de Setúbal tem condições para, num processo de desenvolvimento integrado, equilibrado e pautado pelos valores da solidariedade, desempenhar um papel de relevo na edificação de um novo quadro regional nos planos nacional e europeu. As potencialidades turísticas existentes são alguns trunfos irrecusáveis no momento em que se constrói o mercado único.

Determinadas fragilidades, que poderão dificultar a correcta sustentação de um processo de desenvolvimento, são, no entanto, de referir. Saliente o adiamento irresponsável e a flutuação das decisões sobre a nova (ou as novas) travessia(s) do Tejo; a periódica emergência de propostas com larguissimo coeficiente de rejeição regional e que alterariam, nomeadamente, a estrutura ambiental e comunicacional da zona, como a que foi defendida — e por nós criticada — do fecho da golada do Tejo; a não criação atempada das estruturas democráticas de controlo regional, o que dificulta o diálogo e a concertação permanente entre os poderes políticos locais e central intervenientes na zona e a inexistência de uma estratégia eficaz de combate ao desemprego de longa duração.

Dito isto, afirmamo-nos ainda que a evolução da actual área metropolitana para uma região permitiria um acelerar do processo de crescimento económico da zona e a sua inserção num verdadeiro quadro de desenvolvimento global. Muito haverá que fazer para desenvolver e consolidar uma importante região europeia de clara vocação transnacional. A passagem de operações como a da OID de Setúbal para o controlo de um poder regional eleito e a intervenção clara e eficaz dos Setubalenses e da população da área metropolitana na definição dos novos quadros comunitários de apoio parece imprescindível, diria mesmo, não mais adiável.

Estes aspectos centrais da problemática do desenvolvimento setubalense e, em geral, da área metropolitana devem rão, pois, ser enquadrados no urgente processo de regionalização, sucessivamente adiado pelo poder central, ao arrepio de interesses regionais, os quais exigem uma maior intervenção na definição dos seus próprios destinos, no fundo, uma maior participação democrática institucionalizada.

Aplausos do PS.

A Sr.^a Presidente (Leonor Boleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Carlos Pinho.

O Sr. João Carlos Pinho (CDS): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Trago, hoje, a esta Assembleia um assunto que, pela sua gravidade, deveria envergonhar os responsáveis governamentais — passados e presentes — da área da saúde: uma obra construída, no início da década de 80, com o apoio do Governo americano ao abrigo do auxílio aos países em desenvolvimento, tendo, no entanto, a conclusão da mesma sido feita a expensas do Governo português.

Existe em Vale de Cambra um centro de saúde, inaugurado já em 1985 pelo então Primeiro-Ministro Dr. Mário Soares, que continua por entrar em funcionamento, sete anos volvidos, apesar de estar concluído e apetrechado, assistindo-se à deterioração das instalações e do moderno equipa-

mento com que foi dotado, enquanto tarda a surgir uma resolução por quem de direito, nomeadamente o Ministério da Saúde.

Apesar das constantes diligências enceitadas pela autarquia local e dos protestos da população, o edifício e o material com que foi equipado ainda não foram formalmente entregues pela Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos de Saúde, sem que se vislumbre a razão para tal atitude.

Os corredores, sem sinais de movimento, dão ao hospital um aspecto fantasmagórico, com salas e mais salas desocupadas e equipamento de custos bastante elevados ainda por estrear ou até ainda embalado.

Este centro de saúde está dotado de 54 camas para internamento, distribuídas por medicina, pediatria, sector de obstetrícia e maternidade, consultório de estomatologia, laboratório de análises clínicas, radiologia, cozinha industrial, central de aquecimento, incineração, esterilização, secções estas todas devidamente equipadas e apetrechadas com material do mais moderno existente no País por altura da inauguração.

A completar este tétrico cenário de esbanjamento dos recursos públicos, não falta sequer ao hospital de Vale de Cambra uma sala de autópsias com capela mortuária.

É dramática a situação da população do concelho de Vale de Cambra que ronda os 30 000 habitantes, e tem de descer as serras, por maus acessos e péssimas estradas nacionais, tem de recorrer aos Hospitais de São João da Madeira e Oliveira de Azeméis e, por vezes, mesmo a Aveiro e ao Porto, sobrecregendo serviços já de si superlotados e com imensa dificuldade de resposta.

Quando a ex-Ministra da Saúde prometia melhor saúde para todos, será que também se referia ao povo cambrense? Foi substituída há dois anos e meio e a equipa que a substituiu renovou as promessas. Para a ex-Ministra não sabemos se Vale de Cambra fazia parte do povo; para o actual Ministro não faz, com certeza!

Quando o ex-Secretário de Estado da Saúde dizia que era injustificável que os doentes de Vale de Cambra tivessem de sair de lá e tendo prometido à população — em campanha eleitoral, refira-se — que iria envidar todos os esforços para pôr o hospital em funcionamento, nada fez! Muitas promessas, poucas soluções!

Depois dos pedidos, requerimentos e reuniões com os responsáveis da saúde do nosso país, para resolução deste problema, o que faltará mais? A manifestação da população nas ruas? Ou será que a sobranceira governamental se sobrepõe a tudo e a todos?!

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Urge resolver este caso! Várias soluções foram já apresentadas pela autarquia local aos serviços competentes de saúde, soluções estas que poderão passar pelo seguinte: pôr o hospital em funcionamento como serviço de retaguarda do Centro Hospitalar Aveiro/Norte, o que iria aliviar os serviços de internamento desses hospitais; entregar o hospital à concessão de entidades públicas ou privadas, onde pudessem funcionar todos os serviços; colocar as valências deste hospital em funcionamento separadamente, na tentativa de que todas somadas dariam um todo.

O que importa, acima de tudo, a todos os interessados — utentes, profissionais e população em geral — é a possibilidade de potenciar e utilizar os recursos existentes neste hospital.

Não é por certo caso único no nosso país e não quero acreditar que este governo, e em particular o Ministério da Saúde, tenha votado Vale de Cambra ao esquecimento. Se assim for, terá de ser a população a dar a resposta merecida às promessas não cumpridas dos responsáveis políticos.

Com casos destes, será razão para afirmar: em Portugal, a área da saúde não goza desse mesmo nome; pelo contrário, está gravemente doente.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Adérito Campos.

O Sr. Adérito Campos (PSD): — Sr.^a Presidente... Sr. Deputado João Carlos Pinho, em primeiro lugar, quero demonstrar a minha concordância com a generalidade da intervenção de V. Ex.^a, já que eu próprio e os meus colegas de bancada eleitos pelo círculo eleitoral de Aveiro há muito tempo que vimos tentando vários contactos com o Ministério da Saúde no sentido de resolver, de facto, o problema do Centro de Saúde de Vale de Cambra, o que, realírmio, é uma preocupação do PSD a nível nacional e local, tendo também merecido da minha parte um particular empenhamento, embora reconheça algumas dificuldades de ordem técnica na sua resolução.

O Sr. Deputado João Carlos Pinho não veio trazer nada de novo a esta Câmara. Já por diversas vezes tive a oportunidade de referir esta matéria na Assembleia da República, quer através de intervenções directas — como, aliás, fiz ontem mesmo e que teve oportunidade de ouvir —, quer através de requerimentos, quer de uma outra forma que, porventura, em muitos casos é mais eficaz, como é o contacto com as entidades responsáveis.

No entanto, gostaria de referir duas questões que, provavelmente, não serão do seu conhecimento e com as quais pretendo, única e exclusivamente, fornecer-lhe alguns dados que, naturalmente, não terá.

Uma delas tem a ver com uma reunião que ocorreu com o Sr. Secretário de Estado da Saúde da altura, Dr. Albino Arosa. Nessa reunião, o Sr. Presidente da Câmara comprometeu-se a diligenciar esforços no sentido de resolver o problema do funcionamento do Centro de Saúde de Vale de Cambra. Porém, ele próprio acabou por constatar que não era fácil a sua resolução e de tal maneira que acabou por dizer ao Sr. Secretário de Estado da Saúde que não tinha qualquer hipótese de resolver o problema.

Uma outra informação de que, naturalmente, o Sr. Deputado disporá é a de que há, neste momento, diligências a decorrer com a Santa Casa da Misericórdia no sentido de se encontrar, eventualmente, uma solução que, efectivamente, ponha em funcionamento pleno o Centro de Saúde de Vale de Cambra.

Sr. Deputado, de qualquer modo, não estou a fazer este pedido de esclarecimento no sentido de contestar a sua intervenção. Antes pelo contrário, estou de acordo com ela genericamente, excepto em relação a esses apartes lateralizados de contestação da política global do Governo e dos quais, obviamente, discordo.

Concordo consigo, com a suas preocupações, que são também as minhas e as dos autarcas de todos os partidos em Vale de Cambra, que são as preocupações das populações. Porém, penso que, com o empenhamento de todos nós e se, sobretudo a nível de Vale de Cambra, soubermos construir uma frente comum para resolver este problema, encontraremos, efectivamente, uma solução que a todos satisfaça, pondo em funcionamento o nosso centro de saúde.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado João Carlos Pinho.

O Sr. João Carlos Pinho (CDS): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Adérito Campos, fico a saber que tanto o PSD como os outros partidos se preocupam muito com este caso.

Quanto à questão em que o ex-Secretário de Estado da Saúde, Dr. Albino Aroso, manifestou muito interesse, pois não haja dúvidas que o fez em plena campanha eleitoral.

Por outro lado, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vale de Cambra, na reunião em que manifestou a vontade de pôr o Centro de Saúde em funcionamento, disse que iria entregar o problema à Administração Regional de Saúde para que esta entidade pudesse dar seguimento ao processo. No entanto, até ao momento, não deu uma resposta cabal em relação a este problema.

O Sr. Adérito Campos (PSD): — Sr. Deputado, permite-me que o interrompa?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Adérito Campos (PSD): — Sr. Deputado, desejava esclarecer que estamos a falar de duas reuniões diferentes.

A reunião a que estava a referir-me foi aquela em que eu próprio estive, com o Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. Vereador José Bastos e o Sr. Secretário de Estado da Saúde da altura, Dr. Albino Aroso. Nela, o Sr. Ex-Secretário de Estado sugeriu que o Sr. Presidente da Câmara encontrasse algumas soluções técnicas, que discriminou e seria longo estar agora aqui a referi-las. O Sr. Presidente da Câmara manifestou essa disponibilidade, mas, depois, na prática, viu que era muito difícil concretizá-las.

(O orador reviu.)

O Orador: — Sr. Deputado, para concluir direi que, além dessas reuniões, em termos práticos, nada foi feito.

Em relação à segunda questão, em que referiu que a Santa Casa da Misericórdia está, neste momento, a trabalhar no sentido de chegar a uma formalização da situação para resolver o problema, tenho a referir que foi feita, de facto, uma reunião onde a Santa Casa da Misericórdia disse que resolveria o problema e tomaria conta do Centro de Saúde. No entanto, a Administração Regional de Saúde teria de formalizar uma proposta concreta relativamente ao existente e ao necessário, mas até ao momento isso não foi feito.

O Sr. Laurentino Dias (PS): — Tratam esse assunto na Assembleia de Vale de Cambra!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pacheco.

O Sr. Duarte Pacheco (PSD): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Em 6 de Outubro de 1991 o Partido Social-Democrata alcançou pela segunda vez consecutiva a maioria absoluta do voto dos Portugueses.

Na Região Oeste, que abrange os concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras, o PSD venceu e convenceu ao alcançar um score bem mais elevado que a média nacional e mesmo superior à do distrito de Lisboa.

Os Deputados eleitos pela Região nas listas do PSD entenderam que, em paralelo com o trabalho legislativo executado na Assembleia da República — Plenário e comissões —, era fundamental um trabalho no terreno, em contacto directo com as populações.

Desde Novembro, esta tarefa foi posta em prática. Semana a semana, os Deputados da Região Oeste visitaram, em todos os concelhos e freguesias, colectividades de cultura e recreio, instituições de solidariedade social, igrejas, cooperativas agrícolas, empresas, associações de socorros, quartéis de bombeiros, estabelecimentos de ensino e centros de saúde. Enfim, foram estabelecidos contactos com toda a sociedade civil da Região.

Com esta actividade, alcançaram dois grandes objectivos: primeiro, um enriquecimento pessoal, um estreitar de relações do Deputado com os problemas da sua região e, segundo, dignificou-se a Assembleia da República e a função do Deputado. Mostrámos às nossas populações que o Deputado não está com os seus eleitores somente em períodos de campanha eleitoral. Mais, que permanentemente quer aperceber-se daquilo que é o sentir dos cidadãos da Região do Oeste, de modo a espelhar os seus anseios, as suas expectativas, as suas satisfações e os seus desenganos, junto dos órgãos do poder central.

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Permitam-me que aqui afirmo a satisfação com que as populações nos receberam e a forma espontânea e aberta como dialogaram connosco.

Deste diálogo, eu gostaria de destacar quatro áreas onde as populações da Região mostraram uma maior sensibilidade, sendo a primeira o problema das acessibilidades.

A rede viária do Oeste, malgrado a construção da auto-estrada Loures-Malveira, não satisfaz as necessidades da Região. O problema está equacionado e está previsto o prolongamento do IC 1 até Torres Vedras e o início da construção do IC 11, entre Torres Vedras e Vila Franca de Xira. No entanto, estes projectos não têm evoluído com a brevidade desejada por todos os oestinos.

O problema do escoamento da produção vinícola foi outra das áreas mencionadas. Após anos consecutivos de boas colheitas e com forte recessão no consumo, as cooperativas agrícolas encontram-se com milhões de hectolitros de vinho em stock e com um ano de grande produção à vista. Se houver a consciência do peso do sector agrícola na estrutura económica da região e mais concretamente do subsector vinícola, facilmente nos apercebemos da gravidade da situação.

Quanto ao desenvolvimento da rede de segurança social, são inúmeras as instituições particulares de solidariedade social que desenvolvem uma inestimável actividade na Região Oeste. No entanto, estas instituições não se dão por satisfeitas e querem fazer muito mais pelas populações da nossa região, esperando encontrar uma resposta aos seus anseios no programa «2000 novas camas para o distrito de Lisboa», promovido pela Secretaria de Estado da Segurança Social.

O maior apoio à juventude foi o outro problema focado. Anseiam os jovens da Região pela criação de uma delegação do Instituto da Juventude em Torres Vedras, delegação essa que divulgue de uma forma activa os inúmeros programas de apoio aos jovens que o Instituto da Juventude implementa e que grande parte desconhece.

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Todos estes contactos estabelecidos na Região foram importantes e serviram, por um lado, para mostrar a vitalidade do Oeste. Uma região com gente que sabe o que quer e que luta por aquilo em que acredita, não desistindo face aos problemas que possa encontrar pelo caminho. Por outro lado, serviram para mostrar que, numa sociedade cada vez mais individualista, a população do Oeste continua a acreditar no associativismo e no bem comum.

Em Campelos, no concelho de Torres Vedras, uma associação mantém em funcionamento uma creche com mais de 2 dezenas de crianças. Não tendo condições para pagar a funcionários, esta creche funciona com base no trabalho de senhoras que deixam as suas casas, as suas famílias e que, voluntariamente e sem receberem qualquer remuneração, ali trabalham.

Este exemplo repete-se noutras concelhos, noutras freguesias, em inúmeras associações de cultura, desporto ou solidariedade social, evidenciando a ideia de que ainda há quem trabalhe e lute por ideais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Estando perto do fim da sessão legislativa, era dever dos Deputados da Região trazer a esta Câmara os principais anseios das populações do Oeste. Anseios e preocupações legítimas que merecem a atenção de todos os órgãos políticos, quer do poder local, quer do poder central, num esforço conjunto pelo desenvolvimento da Região.

No entanto, acreditamos que a nossa região tem força suficiente e vontade de vencer para acompanhar o ritmo de progresso e desenvolvimento do resto de Portugal.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Sócrates.

O Sr. José Sócrates (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Durante décadas, o discurso político no distrito de Castelo Branco, tal como em todo o interior do País, foi sempre um discurso amargo de quem sente o poder político longe, indiferente e insensível. E, digo-o com absoluta sinceridade, era meu desejo sair do habitual discurso de reivindicação regional. Não falar de «carências», de «problemas», não falar de misérias. Mas será isto possível? Não é, Srs. Deputados!

Como fazer um discurso moderno e optimista se as questões são velhas de mais de uma década? Como inovar se as duras dificuldades permanecem as mesmas de sempre? Como estar confiante se hoje mesmo há notícia do possível encerramento da fábrica SOTIMA — único pólo de emprego industrial da zona de Pinhal, no concelho de Proença-a-Nova —, que confirma o declínio económico daquela zona já tão pobre e que permanece condenada a exportar matéria-prima para as fábricas do litoral?

Srs. Deputados, valerá a pena lembrar-vos o regadio da Cova da Beira, que permanece como uma das promessas mais antigas e não cumpridas? É um projecto de 30 anos! Trinta anos de promessas, de atrasos, de hesitações. Técnicos que lá iniciaram a sua vida profissional, lá se irão reformar. Há livros volumosos publicados sobre o assunto, que hoje parecem não escandalizar e incomodar o Poder, mas que mais tarde, com certeza, nos farão corar de vergonha por tanta hipocrisia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Valerá a pena falar-vos do atraso da modernização da rede de estradas? Os atrasos no IP 2, no IP 6, no IC 8, etc., que motivam a descrença, desconfiança e também o riso. Não o riso alegre, mas o riso de escárnio. O tema «Túnel», glosado pelo *Jornal do Fundão*, fica como paradigma de promessas apressadas em que se empenha a honra e rapidamente se esquecem depois de arrecadados os votos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Valerá a pena falar-vos da floresta dizimada pelos fogos, fonte de especulações e de lucros fáceis e rápidos, que agoniza há décadas pedindo uma orientação, um plano, uma política de longo prazo que permita conservar aquilo que não temos o direito de destruir?

Que faz o Governo? O habitual! Sem um estremecimento, continua com ar grave e enfatizado a distribuir esmolas, a fixar administrativamente a data de início dos fogos e a fazer sessões solenes nos governos civis.

Valerá a pena falar-vos do sector têxtil? Um dos que mais emprego dá no distrito e que, atravessando a crise que se conhece, exigiria apoios do Estado quer à modernização quer à diversificação industrial da Região?

Srs. Deputados, valerá a pena recordar-vos os investimentos do Estado no distrito, que, ano após ano, não passam da fasquia dos 1,5 % do plano de investimentos da administração central?

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Não vos quero maçar mais. Isto chega.

Vozes do PSD: — Obrigado!

O Orador: — O retrato que vos deixo ilustra bem a situação.

As desigualdades regionais estão a agravar-se em Portugal. O interior desertifica-se enquanto o litoral se enche de gente. Será isto inevitável? Será isto penitência obrigatória a que nada, nenhuma política, poderá obviar? Também não é!

É fruto da orientação política. Seis anos de Comunidade Europeia, com 1 milhão de contos por dia, não ensinaram ainda ao Governo que o desenvolvimento do interior deve ser uma prioridade, não apenas por uma questão de justiça mas também porque o actual desequilíbrio bloqueia o crescimento do País.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E, por favor, não me acusem de lançar o interior contra o litoral. Nada mais ridículo! O que se passa é que é decisivo para o litoral que se faça o desenvolvimento do interior, porque só assim o afluxo de pessoas e actividades económicas poderá cessar.

Ninguém perdoará que este governo queira transformar o interior em estância de férias de fim-de-semana para as classes médias urbanas do litoral.

Esta é uma nódoa da governação do PSD e é uma nódoa que os cidadãos não esquecem e pela qual o PSD terá, no futuro, que responder.

Aplausos do PS.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Gata Silva.

O Sr. Bernardino Gata Silva (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado José Sócrates, como sempre, foi um prazer ouvi-lo. Estou de acordo consigo em algumas coisas e V. Ex.^a quis até ter a gentileza de fazer uma *reprise* daquilo que eu disse há alguns dias neste Hemiciclo. Portanto, verifico com gosto que estamos de acordo sobre certas coisas.

Na verdade, não vou aqui tecer considerações extremamente lisonjeiras em relação a certos aspectos do distrito.

No entanto, permita-me que lhe diga que, por vezes, a visão catastrofista que V. Ex.^a traz aqui leva-me a pensar que, provavelmente, as andorinhas não visitarão mais o nosso distrito, que a neve não cairá mais na nossa serra e que os pinheiros não darão mais resina!...

Será que está assim tão mal o nosso distrito, Sr. Deputado? Será que não é visível o reforço do ensino superior? Será que no nosso distrito não é visível a baixa taxa de desemprego ou aumento da segurança social, Sr. Deputado? Será que o nosso distrito tem o anátema total da ausência de melhorias?

Sr. Deputado, hoje falou-se aqui de Teixeira de Pascoaes e gostaria, com a bonomia que o ecopacifismo de que V. Ex.^a é face visível na era guterrista do PS, visto que V. Ex.^a subiu alto no aparelho do Partido Socialista, glossando Camões, que me permitisse uma pequena quadra, perguntando-lhe: «E se lá no assento etéreo onde subiste, memória do distrito se consente, não te esqueças de como era antigamente e das mudanças que agora já existem.»

Aplausos do PSD.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Marta Soares.

O Sr. Jaime Marta Soares (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado José Sócrates, tenho pena de não ter estado aqui desde o princípio para ouvir a sua intervenção, mas ouvi ainda o suficiente.

Sr. Deputado e meu querido amigo, gosto muito de o ouvir e, por isso, estou à partida preparado para desculpar algumas coisas menos boas que ultimamente costuma dizer. E é pena, porque isso não me deixa continuar a ter a consideração e o cuidado que efectivamente tenho quando V. Ex.^a usa da palavra.

Portanto, gostaria de referir-lhe aqui um aspecto, que me é caro, quando fala nos fogos florestais em Portugal e nos problemas que, efectivamente, estão a acontecer. Isto é, gostaria de perguntar-lhe se conhece todo o cenário dos fogos florestais em Portugal, principalmente desde o momento em que começaram a aparecer com maior frequência, ou seja, desde 1974, se conhece tudo o que se fez de 1974 a 1985, as alterações profundas na prevenção, na vigilância e no combate e as melhorias acentuadas que toda a gente de boa fé reconhece que se vieram a fazer desde 1985.

Nós, Deputados do PSD, e o próprio Governo, entendemos que há muita coisa a fazer. Mas não temos dúvida alguma de que o que vemos a fazer são formas e encaminhamentos que, a curto prazo e dentro das estratégias por nós utilizadas, virão a diminuir, substancialmente, os fogos em Portugal.

Sr. Deputado, as benesses ou os cheques que foram distribuídos pelos governos civis não correspondem ao sentido que V. Ex.^a que lhe quis dar. Antes pelo contrário, já que se inserem num projecto de prevenção para ajudar as sedes concelhias deste país a minimizar, todos os anos e sempre, os problemas que nos afligem. Desta maneira, é certo que com muitas insuficiências, havemos de conseguir fazer alguma coisa mais do que outros que antes já tiveram o poder neste país conseguiram fazer, ou seja, nada que se comparasse minimamente com aquilo que estamos a fazer.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado José Sócrates.

O Sr. José Sócrates (PS): — Sr.^a Presidente, permita-me que deixe para o fim o meu conterrâneo, que falou em primeiro lugar, e responda de imediato ao Sr. Deputado Jaime Marta Soares.

Sr. Deputado Jaime Marta Soares, a questão é muito simples: são 10 anos de gestão florestal pelos quais o PSD é responsável e neles ardeu um terço da nossa floresta. Faz perante estes resultados que têm de responder, explicando ao povo o que fizeram. Não adianta desculpas, podem dizer que os cheques não são esmolas, que não têm essa intenção, mas é esse o resultado porque, quando se compraram essas ridículas verbas com tudo o que há a fazer, não se pode falar doutra coisa a não ser de esmolas! Dez anos de gestão da floresta pelo PSD deram como resultado um terço da nossa floresta queimada e é sobre este resultado que têm que responder.

Sr. Deputado Bernardino Gata Silva, registo que V. Ex.^a está de acordo com o que eu disse, pois referiu que «gostei», «estou de acordo», «isto era uma *reprise* do seu discurso». Registo que V. Ex.^a está de acordo «que ninguém perdoará a este governo», que «este governo quer transformar o interior em estância de férias», que «isto é uma nódoa da governação do PSD» e que «é uma nódoa que os cidadãos não esquecem e pela qual o PSD terá, no futuro, que responder». Registo que está de acordo com isto, o que é uma coisa espantosa!

Protestos do Deputado do PSD Bernardino Gata Silva.

Como V. Ex.^a citou Teixeira de Pascoaes, poeta que muito aprecio, vou finalizar citando o meu poeta preferido, Cesário Verde. É que, quando penso na relação entre o Governo e o distrito de Castelo Branco, lembro-me sempre deste verso: «E que nessa altura amo insensatamente os actos, os gumes e os ângulos agudos.»

Aplausos do PS.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Peixoto.

O Sr. Luís Peixoto (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Ao intervir como eleito pelo círculo eleitoral de Santarém, muitos dos mais atentos Deputados desta Câmara, naturalmente, estariam à espera e ficarão até desapontados se não me ouvissem falar no rio Alviela. Descansem, porém, pois não é de poluição que irei falar, nem do seu baluarte distrital com dimensão nacional que é o ex-rio Alviela — porque dificilmente se pode considerar rio actualmente —, outrora límpido e puro, cheio de vida, proporcionando aos que perto das suas margens viviam verdadeiros momentos de alegria, actualmente transformado num verdadeiro cancro que atravessa o norte do distrito espalhando doença, descrença, angústia e revolta entre aquele povo sofredor que, dia após dia, aguarda com esperança vã a concretização das 1001 promessas tantas vezes feitas e tantas outras não cumpridas.

Se fosse minha intenção falar de crimes ecológicos, não era suficiente falar somente deste caso, pois infelizmente muitos outros existem no distrito de Santarém, e todos eles esquecidos, quando não esquecidos, ignorados, ou, então, objecto de medidas eternamente adiadas.

Refiro, a título de exemplo, a consequência da descarga escandalosa de produtos poluentes num afluente do rio Zêzere, do qual resultou a morte de centenas de peixes, sem que até hoje se tenham tomado medidas que no futuro inviabilizem atitudes que, segundo se veio a saber na altura,

nem eram fortuitas nem inconscientes, mas, sim, deliberadas e assombrosamente assumidas. Ficámos a conhecer, através da comunicação social, a intenção assumida do proprietário da unidade industrial poluidora não só de não pagar qualquer multa mas também de continuar a poluir, pois julga assistir-lhe esse direito. Já alguns meses passaram sobre este crime ecológico, boas intenções ficaram no tinteiro e nem depois da porta arrombada lhe puseram trancas.

Em termos ecológicos, havia mais questões que deveriam ser referidas, como, por exemplo, a Central Termoeléctrica do Pego, em vias de ser vendida a capital estrangeiro. Se, em termos de segurança e prevenção de poluição, se acordou com a EDP que, caso houvesse poluição — e só após isso, espante-se! —, se procederia à dessulfuração, parece que já passaram anos suficientes para que se tenha uma visão diferente do assunto e se proceda a uma eventual revisão do velho acordo. O que dirão os novos proprietários sedentos de lucros a tão importante questão?

Ficam no ar perguntas para as quais só teremos respostas mais tarde, quem sabe se quando for já mesmo muito tarde.

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Também os problemas que, no geral, atingem os agricultores do distrito de Santarém, nomeadamente a dificuldade de escoamento do vinho e as dificuldades que envolvem os produtores de tomate, não serão por mim abordados.

O assunto principal, o motivo primeiro desta minha intervenção, relaciona-se com a dramática situação que vivem os trabalhadores do concelho de Tomar. É do domínio público que um vasto conjunto de empresas desse concelho atravessa uma grave crise e que muitas centenas de famílias vêm com apreensão o seu futuro imediato.

É minha intenção alertar esta Câmara para o problema da praga dos salários em atraso, já com uma tão grande e infeliz tradição no distrito de Santarém no passado recente, e que novamente se manifesta de uma forma ainda mais feroz do que anteriormente. É a Fiação de Tomar, a Matrena, a Mendes Godinho. Estamos perante uma situação que não afecta só o distrito de Santarém mas também outras zonas do País.

Na Mendes Godinho persistem os problemas e paira a ameaça de grave crise. De momento, não existem garantias de que se proceda ao pagamento do subsídio de férias de 1992. Na Fiação de Tomar, onde neste momento decorre uma greve pela defesa dos postos de trabalho, aos 300 a 350 trabalhadores ainda só foram pagos 50 % dos salários referentes ao mês de Maio. A Matrena, que ainda tem 200 trabalhadores ao seu serviço, continua paralisada, por falta de matéria-prima, e não pagou o mês de Junho.

Estamos perante uma situação que exige respostas coordenadas por parte do Governo, sob pena de, a curto prazo, as situações de desemprego se agravarem, criando-se situações sociais muito graves não só para os trabalhadores mas para toda a economia da região. Têm sido, é certo, dadas algumas respostas como resultado da luta dos trabalhadores, mas elas estão longe de os deixarem descansados e de constituírem uma garantia de salvaguarda mínima de um futuro digno em que o trabalho seja recompensado.

É este o sucesso da política do PSD, tantas vezes e de forma tão entusiasticamente proclamada pelos poucos que dela usufruem, saboreada agora por aqueles, e são muitos, que já não esperam ser possível a laranja amarga ganhar doce.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Barradas Leitão.

O Sr. António Barradas Leitão (PSD): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Tem a presente intervenção por objectivo chamar a atenção da Assembleia da República para o estado em que se encontra um importantíssimo monumento do nosso país, infelizmente desconhecido da maior parte da população, que é a Igreja Monástica de São Gião, monumento visigótico do século VII, de forma a poderem ser tomadas as medidas necessárias à sua salvaguarda.

Situada a cerca de 5 km da Nazaré, no distrito de Leiria, a poucas centenas de metros do mar, situa-se numa fértil zona de campos de lavoura, que achados eloquentes hoje expostos no Museu do Dr. Joaquim Manso, na Nazaré, confirmam serem aproveitados desde tempos remotos, nomeadamente desde a época da dominação romana. Cronistas seiscentistas afirmam que, naquelas paragens, teriam existido um templo e um cemitério romanos, mas só a realização de trabalhos arqueológicos permitirá confirmar essas notícias.

Contudo, sabe-se de ciência certa que, entre os séculos XVI e XVIII, a Quinta de São Gião era explorada por uma comunidade monástica e que no altar de uma velha igreja ali existente estava exposta ao culto uma imagem de São Sebastião, datada de finais do século XV, hoje exposta no Museu da Nazaré.

Já por essa altura, no século XVIII, um padre que visitou a Igreja de São Gião se indignou com o estado de degradação do templo. De então para cá, até 1961, não mais se ouviu falar da Igreja de São Gião e, apesar de sobre aquela visita já terem passado cerca de 200 anos, pouco se terá feito com vista à preservação do monumento.

Em época mais recente, são da autoria do Dr. Eduíno Borges Garcia os primeiros estudos arqueológicos sobre São Gião, iniciados em 1961, apresentados em 1964 e pela primeira vez publicados em 1966, com a colaboração do Prof. Doutor D. Fernando de Almeida. O Dr. Borges Garcia continuou a desenvolver os seus estudos, tendo publicado o último pouco tempo antes de falecer, em 1978.

Ainda em 1971, contudo, o director do Instituto Arqueológico Alemão, Helmut Schlunk, publicava em Madrid um exaustivo trabalho sobre a Igreja Monástica, única na arquitetura visigótica peninsular, por apresentar um grande anteparo que separava com rigor os acessos aos ofícios religiosos entre monges e leigos, conforme as determinações dos Concilios de Braga de 561 e de Toledo de 663, ao contrário das igrejas paroquiais, cuja entrada era comum.

Mais recentemente, tem-se distinguido na defesa da Igreja de São Gião, através de estudos e trabalhos publicados na imprensa, o director do Museu da Nazaré, Dr. João Saavedra Machado, incansável lutador pela salvaguarda do património cultural do concelho da Nazaré e do distrito de Leiria.

A Igreja de São Gião figura em lugar de relevo entre as igrejas mais antigas não só de Portugal e da Península Ibérica mas de todo o Ocidente. É seguramente a igreja ainda edificada mais antiga de Portugal, mais antiga que a de São Frutuoso de Montélios, perto de Braga. Podemos considerar a Igreja de São Gião, sem exagero, como uma das maiores preciosidades da arquitetura paleocristã ocidental.

Actualmente, a Igreja encontra-se disfarçada por um casco, de aspecto seiscentista, que até há pouco servia como arrecadação de alfaias agrícolas e, em parte, está recoberta por um telhado de madeira e telha de fibrocimento.

O estado de degradação é péssimo e ameaça mesmo ruína e delapidação a curto prazo. Pela primeira vez, os musgos e fungos estão a atacar, de modo bem visível, as colunas e os capitóis. A ruína, ou qualquer acto criminoso motivado por razões inconfessáveis e especulativas, seria uma perda irreparável.

A Igreja está classificada, desde 1986, como monumento nacional e, sendo pertença de particulares, desde há vários anos que tem sido afirmado o propósito de o Estado a adquirir. Tal aquisição impõe-se plenamente, uma vez que só assim será possível promover as necessárias obras de consolidação da estrutura arquitectónica, seguida de restauro.

Todavia, até ao momento e apesar de todas as declarações nesse sentido, ainda não foi concretizada tal aquisição, havendo uma divergência entre o ex-Instituto Português do Património Cultural e os proprietários no valor a atribuir, que, no fundo, se resume a uma proposta de venda de cerca de 3000 contos e uma oferta de compra de 500 contos. Parece-me que, quando está em causa a preservação de tão importante peça arquitectónica não só de Portugal mas de toda a cultura ocidental e, para mais, numa época em que o Estado, reconhecidamente e muito bem, tem apostado e investido na área cultural, a decisão de adquirir o monumento não pode estar dependente da discussão de uma verba de algumas centenas de contos. Grave será que, com o protelamento da decisão e, consequentemente, dos trabalhos de preservação e restauro, o monumento venha a ruir completamente, de nada servindo então lamentar o tempo perdido. É urgente, pois, a aquisição, preservação e restauro da Igreja de São Gião.

Termino citando Francisco Hipólito Raposo, em artigo publicado num semanário há cerca de ano e meio: «E ali está aquela preciosidade perdida nas margens da antiga lagoa da Pederneira e a uma centena de metros do mar, à espera de quem a salve ou que, pelo menos, lhe dê um aspecto mais digno que o simples resguardo de fibrocimento com destino temporário, o único que levou desde a época em que, com todo o assombro, foi descoberta e revelada ao mundo. Valha uma mão a São Gião!»

Aplausos do PSD.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Laurentino Dias.

O Sr. Laurentino Dias (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Ministro da Indústria afirmava há dias não haver crise no sector têxtil; um secretário de Estado produzia também idêntica afirmação acrescentando cautelosamente que o sector precisa é de ser reestruturado; outro membro do Governo dizia tempos atrás que a crise do têxtil do Vale do Ave era simplesmente uma moda, acusando de irresponsáveis o PS porque denunciava e a comunicação social porque informava; este governante era, aliás, o mesmo que dizia: «Trabalho infantil? É mentira! Eu nunca vi!»

Todos os citados são vozes autorizadas do PSD e do Governo. Dizendo o que dizem mais não fazem que sustentar apostolicamente com obediência e zelo a profecia do chefe, seu e nosso Primeiro-Ministro, que um dia na Universidade do Minho e num gesto magnânimo e de grande simbolismo, empunhou solenemente as suas barbas que prometeu pôr de molho pela solução da crise do Vale do Ave.

O tempo vai passando e nós ficando sem saber se a crise não passa porque as barbas não crescem ou se as barbas não podem crescer já que a crise não passa.

Risos do PS.

É que, promessas são promessas e há quem as não esqueça. E há mesmo insuspeitos cidadãos que vão fazendo já afirmações como esta, falando de têxteis, «o Governo não tem política económica» — citei o engenheiro Eurico de Melo — e há mesmo quem diga «a crise é profunda na região e quem a paga é a segurança social» — citei outro cidadão insuspeito, o governador civil de Braga, Dr. Ribeiro da Silva.

Faço a advertência destas citações para refrear o ímpeto de VV. Ex.^{as}, Srs. Deputados do PSD, para a tentação fácil de nos chamarem de novo de irresponsáveis.

O Vale do Ave está docente, Srs. Deputados. A crise é profunda, as empresas vão fechando, os trabalhadores vão ficando no desemprego, a qualidade de vida degrada-se e a solidariedade nacional que aquela zona merece continua adiada.

O Sr. António Braga (PS): — Muito bem!

O Orador: — Enquanto isto o que faz o poder político? Que acções promove o Governo? Que ideias, que futuro, que política têm o PSD e o Governo para o Vale do Ave? Nenhuma, Srs. Deputados.

Para o Vale do Ave, como aliás para o resto do País, este governo diz às empresas que se modernizem, que devem investir, aumentar a produtividade e ao mesmo tempo assiste impávida e serenamente à agonia do sector têxtil como de outros sectores tradicionais da nossa economia.

Já vai longe o tempo, 1987 e 1988, em que as esperanças se depositavam na OID e no PROAVE — eram 117 milhões de contos segundo as perspectivas, não nossas, mas do Governo. Depois foram mais 40 milhões anunciados pelo Conselho de Ministros em Março de 1990. Adiante, um membro do Governo garante 750 milhões de contos.

Basta, Srs. Deputados, de fantasia, ironia ou hipocrisia.

A Sr.^a Julieta Sampaio (PS): — Muito bem!

O Orador: — Decisões do Governo vão sendo tomadas várias, de tempos a tempos, diria mesmo que fatal e ciclicamente e, porventura necessariamente, uma por ano. Foi uma recomendação do Conselho de Ministros em 1990, outra em 1991 e um decreto-lei em 1992. Só que sempre o último diploma não faz sentido nem tem execução enquanto espera pelo próximo. Dou-lhes um exemplo evidente: o Decreto-Lei n.º 101/92, que cria o Sistema de Incentivos à Diversificação Industrial do Vale do Ave (SINDAVE), está em vigor, mas falta a portaria que o regulamentará, ou seja, para já de nada lhe vale estar em vigor.

A comissão executiva e a de acompanhamento da OID completaram recentemente um ano de funcionamento. A presidente nomeada demitiu-se há mais de um mês e ainda ninguém a substituiu. As verbas a investir na OID e no PROAVE não estão ainda disponíveis pois aguardam assinatura de um protocolo por parte do IEFP proposta há mais de oito meses. As associações de empresários ou trabalhadores são ignoradas, as autarquias remetem-se para um pouco relevante lugar na comissão de acompanhamento da OID que reúne de seis em seis meses, apesar do seu público e permanente empenhamento pela defesa e desenvolvimento da região como ainda o demonstrou a sua participação com êxito na Associação de Colectividades Têxteis Europeias.

Enfim, incapacidade, ineficácia, falta de vontade política e, sobretudo, falta de respeito pelos cidadãos e instituições do Vale do Ave.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: O investimento e desenvolvimento desta região não serão jamais uma benesse ou dádiva deste ou qualquer outro governo mas antes o cumprimento de um dever de solidariedade nacional.

Cumpra o PSD e o Governo com as suas obrigações, pois é disso que se trata, mas faça-o com a seriedade que legitimamente nós aqui vamos sempre exigir.

Aplausos do PS.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Manuela Aguiar.

A Sr.^a Manuela Aguiar (PSD): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: No tempo da CEE, foi-se generalizando a expressão «cidadania europeia», muito embora para significar pouco mais do que a facultade de livre circulação no espaço comunitário, complementada pelo direito à igualdade de tratamento num mercado aberto e concorrencial de iniciativas empresariais e de emprego.

O Tratado da União Europeia marca um aperfeiçoamento desta ideia de cidadania, que era a adequada aos fins próprios da CEE, avançando, como seria de esperar, um primeiro passo, medido e cauteloso, aliás, nos domínios da participação política, ao nível das eleições municipais e das eleições para o Parlamento Europeu.

A «cidadania da união» instituída no artigo 8.º não se esgota, contudo, na capacidade eleitoral activa e passiva dos migrantes intracomunitários, abrangendo outros direitos como o de petição ao Parlamento Europeu, de recurso ao Provedor de Justiça e à protecção diplomática e consular em países terceiros onde o seu Estado de origem se não encontre representado.

Sendo a criação desta chamada «cidadania da união» feita no pleno reconhecimento e respeito da cidadania nacional — que se alarga a todo o feixe de direitos e deveres que são os da soberania de cada Estado — concluiremos, apesar da óbvia não coincidência integral dos conceitos, ver assim consagrada a acumulação das cidadanias no espaço que é do âmbito de aplicação do Tratado.

Esta é, a meu ver, uma constatação do maior interesse, um sinal dos tempos, de concepções novas sobre uma problemática tão velha como a própria humanidade — a problemática das migrações, da radicação de estrangeiros numa determinada sociedade, da interacção e das interinfluências que as geram e do seu relacionamento com diferentes ordenamentos jurídicos. Desfaz-se, no plano bilateral e multilateral, a ideia da conflitualidade necessária que, tradicionalmente, se considerava obstar à dupla cidadania e suas consequências no plano do exercício de direitos. A união, frise-se, não estatuiu sem conhecimento de experiências concretas, pois o «direito de cidade» é já concedido a qualquer estrangeiro, a esse restrito nível autárquico, por países como a Suécia, Noruega, Dinamarca, Holanda ou Israel.

Desde 1989, também a nossa Constituição o admite, em condições de reciprocidade, indo mais longe ainda no que respeita a países de língua portuguesa.

Verdadeiro paradigma é a Convenção da Igualdade de Direitos e Deveres entre Portugueses e Brasileiros em vigor há mais de 20 anos muito antes de estar em voga a temática da «partilha de soberanias». A realidade transnacional da comunidade luso-brasileira jamais afectou, bem pelo contrário, interesses vitais dos dois países ou, por outras palavras, a essência da sua soberania.

E porquê? Porque se baseia numa comunidade de valores, de afectos, de solidariedades que preexistia à sua consagração convencional, conseguida, note-se, em termos muitíssimo mais ambiciosos do que os que se ensaiam no Tratado de Maastricht.

Na verdade, a capacidade eleitoral activa de que gozam os cidadãos de um país no outro, onde fixem residência, abrange qualquer eleição, incluindo a presidencial. E, no Brasil, estende-se à própria titularidade de órgãos de soberania — um gesto histórico que foi, e nunca será de mais lembrá-lo nesta Câmara, aprovado pela unanimidade dos Deputados constituintes, há pouco mais de três anos.

O mundo do direito deve respeitar a natureza dos homens e das coisas. É esta verdade simples que impõe a pluricidadania, a admissibilidade de intervenção cumulativa nos diferentes espaços em que, a um tempo, os migrantes, pelo facto de o serem, se situam. Foi, neste domínio, vertiginosa a evolução. Há apenas algumas décadas, no 1.º quartel do século, Emigdio da Silva escrevia o seguinte: «Sem pretendermos erigir em sistema as fantasias de um deputado italiano que aventava a ideia de que ao parlamento do seu país viessem representantes das colónias italianas em países estrangeiros, a verdade é que há maneiras de estabelecer outros contactos entre os emigrantes e a sua pátria de origem.»

As «fantasias» desse utopista não tardaram, assim tanto, a converter-se em lei, no seu país, como em outros. Coexistem, é certo, com instituições compostas apenas por emigrantes, solução para a qual parecia apontar o nosso tratadista, mas eleitas (o que ele jamais teria considerado praticável!) por sufrágio universal, directo e secreto. Caso do Conselho Superior dos Franceses do Estrangeiro, do Conselho Geral dos Emigrantes Espanhóis ou das Comissões de Emigrantes Italianos. O que não impede que em França, em Espanha, em Itália, os emigrantes sejam eleitores dos respectivos órgãos de soberania, directamente sufragados.

A tendência actual nos países com significativas comunidades de residentes no estrangeiro é para o alargamento e aprofundamento dos direitos de participação política dos expatriados — veja-se a Inglaterra da Sr.^a Thatcher, a Alemanha ou a França que faz do Sr. Mitterrand um Presidente eleito por todos os franceses. E, como em França, na Espanha vizinha, onde a emigração terá características muito semelhantes às nossas, os residentes no estrangeiro podem votar em todas as eleições, até nas autárquicas — e com um voto de peso igual ao dos seus concidadãos.

E em Portugal? Em Portugal permanecemos à margem desta corrente, na mais retrógrada, anacrónica e chocante das situações. Nós, que historicamente vivemos o que Gilberto Freyre designava pela «grande aventura da dissolução» — nas gentes e terras do mundo inteiro — e que a ela sobrevivemos engrandecidos; nós, que agora mesmo damos mostras da coragem de correr riscos, de afrontar um outro desconhecido (a Europa que há-de vir a ser o que hoje não é); nós, que nos prontificamos, como no-lo prova o artigo 15.º da Constituição, a partilhar a vida democrática com brasileiros e com africanos lusófonos (esses imigrantes que só devemos sempre e só bendizer!) e também com europeus e quaisquer estrangeiros, afinal só não sabemos ainda, sem complexos, fazer justiça a nós próprios, restituindo ao povo inteiro o exercício do poder político através do sufrágio universal, igual, directo, secreto e periódico, enunciado no artigo 10.º da Constituição. É que a soberania, una e indivisível, reside no povo, como proclama, na Constituição, o artigo 3.º e não apenas, como impõem, contraditoriamente, imperfeitas normas numa imperfeita democracia, no povo residente dentro das estreitas fronteiras territoriais.

O Estado está organizado apenas para esta fracção de modo redutor. Ao contrário dos espanhóis e dos franceses, os nossos nacionais que vivem no estrangeiro, ou são cidadãos não eleitores (categoria proibida nas modernas democracias onde todos os homens são livres) ou, em alternativa, votam sem verdadeiro poder de decisão e de influência, através de um voto desvalorizado, de menor ponderação, desigual.

O primeiro é o caso das eleições presidencial e autárquica. O segundo o da eleição legislativa. Essa é, pelo menos, a interpretação que o Acórdão n.º 320/89, de 4 de Abril, do Tribunal Constitucional, dá ao n.º 2 do artigo 152.º da Constituição. Todos os argumentos que ciclicamente se produzem contra o voto dos emigrantes — nomeadamente e sobretudo o voto nas presidenciais — se chocam contra a realidade, a nossa e a das outras nações em diáspora.

Falam de falta de informação no estrangeiro, quando novos meios tecnológicos permitem levar imprensa, rádio, a própria RTP, a países onde alegam estar impedidos de organizar campanhas partidárias.

Invocam contra direitos inadiáveis questões de ordem meramente técnica, como a fiscalização do recenseamento e do acto eleitoral a partir do estrangeiro, apesar de uma perspectiva comparatista nos oferecer respostas múltiplas, que os diferentes sistemas jurídicos foram encontrando para o mesmo problema.

Agitam o fantasma de milhões de eleitores portugueses que não seriam 100 % puros — esses «estrangeirados» que perderam a pureza da ignorância de outras gentes e outros mundos.

Vislumbram um universo eleitoral desmesuradamente dilatado em segundas e terceiras gerações de nacionais, artificial e dolosamente fabricadas, segundo eles, por uma lei que denunciam só porque baseada, prevalentemente, no *jus sanguinis* — um modelo comumente europeu.

No entanto, rendamo-nos à evidência: a percentagem de recenseados é bem escassa — 190 430. E são quase todos, como é natural, primeiras gerações, nascidos em Portugal, os que acompanham de perto a vida política do País. A intervenção neste domínio é uma forma, entre outras, de relacionamento — afectivo, cultural, sócio-económico — com a terra *mater*. Todavia, para aqueles que os reivindicam e querem exercer — opção deles, não nossa! — esses direitos são sagrados, logo irrecusáveis.

E há até os que invocam o paternalista argumento de que se deve forçar a assimilação na sociedade de acolhimento, para a qual se contribui decisivamente com a atitude de ostracismo político ditada pelas leis da República. Começam por esquecer as migrações temporárias e a de retorno, após longas estadas de 15 ou 20 anos. Apresentam como exemplo acabado de modernidade uma política de descaso e marginalização que é, afinal, bem vistas as coisas, a mais antiga constante das nossas migrações, fora do contexto da colonização de vastas possessões promovida pela Coroa ou pela República.

Ignoram que vão longe os tempos em que o Conselho da Europa sancionava, como um mal, a dupla cidadania (leia-se dupla participação política) impondo uma opção, a bem da integração no país de acolhimento, como é óbvio. Refiro-me à Convenção de 1963, que em Roma, 20 anos mais tarde, na 2.ª Conferência de Ministros do Conselho da Europa responsáveis pelas migrações, as delegações de Portugal e da Espanha puseram frontalmente em causa.

Ambos os países haviam, quase em simultâneo, sem prévia concertação mas por idênticos motivos, alterado as suas leis da nacionalidade, não só para fazer jus à autêntica

indestrutibilidade da identidade nacional mas também, de caso pensado, para facilitar a naturalização no país de destino, que os migrantes passam a encarar como aceitável a partir do momento em que tolerada pelas suas próprias autoridades.

E, como sabemos, no estádio actual do processo, bem mais do que a incipiente «cidadania da união» ou o limitado «direito de cidade», que alguns poucos países vão assegurando, é a naturalização a única real via de acesso a um estatuto consolidado de direitos civis e políticos, levado à sua máxima expressão teórica e, espera-se, prática. A argumentação surpreendeu, à época, mas foi ganhando adeptos porque tinha a virtude maior da consonância com a psicologia dos indivíduos, a realidade das suas aspirações profundas e dos seus comportamentos. O que quer que o português se torne no país de destino e que o adopte como segunda pátria não afecta aquilo que ele é estruturalmente — português. E o mesmo dirão de si os outros povos.

Por isso, o clima é hoje, a nível internacional, favorável à plurinacionalidade e à participação em universos culturais, afectivos ou políticos, separados na geografia, mas que se aproximam, interceptam e convivem no movimento das migrações, no sentimento dos homens. Não é nova esta realidade, mas é nova a consciência que dela se tem. A situação dos portugueses excluídos da participação na vida nacional não é mais injusta hoje do que ontem. Tornou-se todavia mais evidente, mais gritante porque contraria as lógicas do direito comparado e os ventos da história.

Aplausos do PSD.

A Sr.º Presidente (Leonor Beleza): — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Cecília Catarino e Carlos Oliveira.

Como o tempo de que o PSD dispõe é muito escasso, solicito que tenham isso em atenção.

Tem a palavra a Sr.º Deputada Cecília Catarino.

A Sr.º Cecília Catarino (PSD): — Serei muito breve, Sr.º Presidente.

Em primeiro lugar, gostava de saudar a Sr.º Deputada Manuela Aguiar pela brilhantíssima intervenção que acabou de produzir nesta Câmara, lamentando profundamente que esteja pouco concorrida, porque de certeza que todos nós saírfamos daqui bastante satisfeitos e documentados em função das suas palavras.

Em segundo lugar, gostava de dizer à Sr.º Deputada Manuela Aguiar que, na próxima semana, vai decorrer na Madeira o II Congresso das Comunidades Madeirenses e que uma das preocupações que esteve na base da sua criação foi exactamente a vontade de dar oportunidade aos milhares de emigrantes que temos espalhados pelos vários cantos do mundo de poderem participar, terem uma palavra activa, na elaboração das várias políticas que na Região Autónoma se desenvolvem; trata-se, portanto, de uma iniciativa para que os emigrantes madeirenses espalhados pelas várias comunidades possam dizer de sua justiça sobre aquilo que mais desejariam que fosse realizado na sua própria terra.

Foi neste sentido que pedi a palavra, para, mais uma vez, saudar a Deputada Manuela Aguiar.

A Sr.º Presidente (Leonor Beleza): — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Oliveira.

O Sr. Carlos Oliveira (PSD): — Sr.º Presidente, é simplesmente para congratular a Sr.º Deputada Manuela Aguiar

pela excelente intervenção que produziu, pois explanou muito bem a problemática do direito de voto em relação à eleição presidencial por parte das comunidades portuguesas.

Gostaria de salientar, mais uma vez, que esta é uma questão não só política e jurídica, mas, principalmente, de respeito e dignidade em relação a estas comunidades.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra a Sr.^a Deputada Manuela Aguiar.

A Sr.^a Manuela Aguiar (PSD): — Sr.^a Presidente, muito brevemente, gostava de agradecer aos meus colegas, à Deputada Cecília Catarino e ao Deputado Carlos Oliveira, as palavras que me dirigiram.

Em relação à intervenção da Sr.^a Deputada Cecília Catarino, e a propósito da participação dos madeirenses espalhados no mundo na vida da Região Autónoma, mais uma vez gostava de referir o exemplo da Espanha, país que dá o direito de voto aos seus emigrantes para os ciclos de origem nas eleições legislativas, nas autonómicas — e, aqui, teríamos um termo de comparação com a Região Autónoma da Madeira — e nas locais.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Então, e o rei?

A Sr.^a Manuela Aguiar (PSD): — Quer o rei? Um rei não se vota!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Marques da Silva.

O Sr. Marques da Silva (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^m e Srs. Deputados: O tema que escolhi não é de estrito carácter regional. A Madeira e os Açores, todas estas regiões, as atlânticas e a continental, constituem uma unidade maior que é o país turístico.

Portugal é um país lindo! Mas aqui e ali tem vindo a ser afectado, como no Algarve e na Madeira e talvez noutras regiões que não conheço, por vícios que feream as suas excepcionais virtualidades, que convém manter através de objectivos extremamente válidos que podem fazer conciliar pontos fundamentais: o desenvolvimento paulatino e pensando que ousa contestar a sofreguidão do empresário e a ideia de progresso que apenas se revê nas grandes tiras de asfalto ou enormes edifícios, a manutenção do ambiente e paisagem naturais que serão talvez o maior esteio da nossa economia e, finalmente, tão ou mais importante do que tudo isso, a contínua preservação do nosso espaço geográfico onde vive o português, o europeu ou o estrangeiro, de modo a obter-se da vida o que todos desejam, a felicidade possível.

Sr.^a Presidente e Srs. Deputados: O turismo, na sua forma de evasão, de lazer, de contactos que satisfaçam a ânsia que o homem tem de conhecer, constitui essa humana procura da felicidade. Com orgulho o digo: poucas regiões possuem tantos factores como o arquipélago da Madeira para a consecução desse desiderado.

O turismo, principal motor da Região Autónoma da Madeira, ganha uma importância crescente, aumentando o número de visitantes — entre 1964 e 1989, de 12 500 para 514 000 —, o que origina uma média anual de 20 000 visitantes por ano.

O Governo Regional da Madeira, em boa hora, encorreu um relatório a uma empresa internacional de estudos turísticos, a Kerr Forster, e só é de lamentar que, em muitos pontos, as indicações desse extenso estudo não tenham sido melhor aproveitadas. O painel da Kerr Forster aponta uma subida em flecha da população hoteleira a par-

tir de 1983, sendo nesse ano de 250 000 e subindo para mais de 350 000 em 1989. Especifica igualmente os países que mais contribuem para o turismo madeirense, em que a parte de leão incumbe ao Portugal continental, ao Reino Unido e à Alemanha.

É preconizado nesse estudo e é desejo manifesto dos hoteleiros madeirenses que o nosso turismo seja um turismo de qualidade.

Aqui põe-se o problema quanto ao número de camas. Em 1974, a Região Autónoma da Madeira dispunha de 8907 camas e em 1990 esse número ascende a 13 478. A Kerr Forster propõe como ideais, para 1985, 16 500 camas e, para o ano 2000, 19 000 camas.

Esses números vão ser perigosamente ultrapassados. O próprio Governo Regional disse, em 1991, que teremos 20 000 camas no ano 2000. Todavia, nas recentes Jornadas Parlamentares do PS na Madeira, o hoteleiro madeirense, Dr. António Trindade já cita um número superior e, mais recentemente ainda, um outro estudioso do turismo, o engenheiro Sales Caldeira, na Convenção do PS/Madeira, afirmou que, a concretizarem-se os pedidos de construção de mais hotéis, no ano 2000, teremos 30 000 camas.

Isto será, sem dúvida, um desastre, o desaparecimento do turismo de qualidade e a instauração de um turismo de massas que trará consigo a degradação da paisagem, do património natural, do ambiente e do clima, características dominantes da atracção turística madeirense.

Há que progredir com a necessária prudência e atender às recomendações do Relatório Forster e das inúmeras personalidades de relevo, condecoradas do turismo e do mundo que nos têm visitado, manifestando-se chocadas com a cimentização da cidade do Funchal e, agora, com a ameaça a outras zonas, como o Caniço e Santa Cruz.

De um modo geral, os nossos visitantes insistem nestes factos e enfatizam, sobretudo, o que a seguir refiro: respeito pela paisagem e pelo litoral marítimo, abertura de acessos ao mar extensivo aos Madeirenses e turistas e sem ferir as características falésias madeirenses, luta contra a poluição marítima no Funchal e em outros locais, desenvolvimento do turismo de montanha com o aproveitamento de estalagens e de antigos solares, tentativa de diminuição do tráfego automóvel e poluição na cidade e criação de zonas pedestres, melhores meios oferecidos à vela e recreios marítimos para o que as baías e enseadas do arquipélago oferecem condições ímpares, manutenção, restauro e implementação de uma herança cultural com interesse, representada pelo património arquitectural, coleções de arte e até reservas de valor científico como as do Caniçal e do parque natural e, finalmente, a transformação da ilha do Porto Santo como privilegiada zona complementar do turismo da ilha vizinha.

Sr.^a Presidente e Srs. Deputados: O Relatório Kerr Forster acrescenta uma outra nota que tenho de referir contrariado: a necessidade da erradicação da mendicidade nas ruas do Funchal. Isso só se pode fazer através de reformas de fundo, de características eminentemente sociais. Não acredito no Estado-providência, mas defendo o que promove as reformas que atenuam diferenças e realiza acções pontuais em casos de emergência. É o que se tem de fazer no Funchal.

O viajante que, célebre, voa sobre os viadutos em direcção ao Funchal turístico não sabe que, se cortar à esquerda, no sítio das Neves, contactará com o Funchal da pobreza e até da miséria que contrasta dolorosamente com a limpidez das piscinas do Savoy e os umbrosos recantos do agradabilíssimo Hotel Reids. Esse mesmo, o Reids, onde Bernard Shaw aprendeu a dançar o *quick-step* e onde Churchill fumava os seus enormes charutos.

Aplausos do PS e de alguns Deputados do PSD.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Madeira.

O Sr. Luís Filipe Madeira (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: É um lugar-comum dizer-se que o Algarve é já hoje a região do País com maior produto agrícola bruto e que o respectivo potencial, sobretudo no quadro agrícola comunitário, está longe do nível médio de exploração.

Porém, para que a agricultura algarvia avance com segurança no caminho para que apontam as suas características, é necessário, entre outras coisas, garantir prioritariamente que as consequentes necessidades de água estejam asseguradas de forma satisfatória.

Igualmente o turismo, com os elevados consumos de água potável que acarreta, exige a mesma segurança para que os investimentos também aqui não corram o risco de morrer de sede.

E a verdade é que o Algarve, ao contrário do que muitos pensam, tem todas as condições para ser auto-suficiente em água, mesmo num quadro demográfico, agrícola e turístico desenvolvido.

Até hoje, e fora os casos das barragens do Arade, da Bravura e do Beliche e das minibarragens particulares, as necessidades têm sido supridas pelas captações subterrâneas. Só que esta política não pode prosseguir. As reservas subterrâneas devem ser preservadas como garantia para as gerações vindouras e recurso para tempos de emergência.

Vem tudo isto, que é sabido e consabido, para manifestar o meu protesto e a minha estranheza pela indiferença do Governo face à urgência da construção da barragem de Odelouca.

Projectada há largos anos, anunciada a sua construção sucessivamente e sucessivamente adiada sem explicações, esta barragem é indispensável não só à segurança do futuro mas ao abastecimento normal das populações do Barlavento Algarvio já nos dias de hoje.

Portimão, com consumos estivais da ordem dos 30 000 m³ por dia, há anos que proclama que, sem a barragem de Odelouca, não pode assegurar o abastecimento público de água já a partir do ano corrente. Mas os previstos 250 milhões de metros cúbicos que a barragem de Odelouca pode reter estão a perder-se no mar.

A barragem do Funchal, há muito construída, não está — porquê? — em condições de aproveitamento. Para quando a construção da barragem de Odelouca? Para quando o início do aproveitamento da barragem do Funchal?

Asfixiar a economia do Algarve por falta de abastecimento de água é um crime de que o Governo é responsável por desleixo, incompetência e má vontade.

Os nefastos interesses que constituem o móbil do crime são evidentes. Como Deputado pelo Algarve aqui deixo a acusação. O Algarve fará justiça!

Aplausos do PS.

O Sr. Filipe Abreu (PSD): — Sr.^a Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Filipe Abreu (PSD): — Sr.^a Presidente, desejava colocar uma questão ao Sr. Deputado Luís Filipe Madeira, mas como não tenho tempo, pergunto se o Partido Socialista me concede um minuto para esse efeito.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Como o Sr. Deputado sabe, essa pergunta não se dirige à Mesa.

O Sr. Mário Maciel (PSD): — Sr.^a Presidente, peço a palavra para informar a Mesa de que o CDS cede um minuto ao Partido Social-Democrata.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Nesse caso, para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Abreu.

O Sr. Filipe Abreu (PSD): — Sr.^a Presidente, começo por prestar os meus agradecimentos ao Grupo Parlamentar do CDS.

Sr. Deputado Luís Filipe Madeira, considero interessante a sua intervenção sobre a reivindicação da barragem de Odelouca, só que V. Ex.^a chegou tarde. Foram, como se diz no Algarve, «sopas depois do jantar».

Há cerca de mês e meio, tive a oportunidade de fazer uma intervenção sobre os recursos hídricos do Algarve, tanto do sistema do Sotavento como do do Barlavento e de reivindicar aqui, perante o Governo, a construção da barragem de Odelouca. No entanto, naturalmente que a sua voz junto à nossa é bem vinda para uma necessidade tão grande sentida pelo Barlavento Algarvio em relação à barragem de Odelouca.

Com efeito, são «sopas depois do jantar», e V. Ex.^a está desatento à vida política do Algarve, porque também tivemos a oportunidade de, recentemente, na última visita que S. Ex.^a o Sr. Primeiro-Ministro fez ao Algarve, aquando da inauguração do Tribunal de Albufeira — porque também fazemos inaugurações fora das épocas eleitorais, como tem assistido —, ouvir ser anunciada publicamente a decisão do Governo de começar a construir, tão rápido quanto possível, a barragem de Odelouca.

Agradeço-lhe, Sr. Deputado Luís Filipe Madeira, o facto de ter trazido aqui este tema. As suas preocupações são iguais às nossas, só que chegaram tarde!

Aplausos do PSD.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Madeira.

O Sr. Luís Filipe Madeira (PS): — Sr.^a Presidente, de facto, ando desatento aos jantares do Sr. Deputado Filipe Abreu. Não costumo jantar com ele e, portanto, as minhas sopas não têm nada a ver com os seus jantares, são sopas diferentes!

Risos do PS.

Sr. Deputado Filipe Abreu, pensei que V. Ex.^a ia anunciar-me que eu tinha chegado tarde, porque a barragem de Odelouca já estava construída. Afinal, não está!

O Primeiro-Ministro anunciou que seria construída logo que possível, provavelmente, ainda não foi possível, mas tal vem sendo anunciado há 10 anos.

O Sr. António Vairinhos (PSD): — Pelos governos socialistas!

O Orador: — Em 1991, ano de eleições, o Sr. Primeiro-Ministro anunciou em Loulé que seria iniciada, até 31 de Julho do ano de 1991, a construção do Centro de Saúde de Loulé. Todavia, ainda hoje se não iniciou.

Sr. Deputado, lamento que não me tenha ocorrido pedir-lhe licença para falar de Odelouca. Até parece que é uma coutada sua, que tem essa reserva. Por enquanto, não é uma grande reserva, porque está seca e como o Sr. Deputado não vai encher lá o seu pote de água, deixe-me a mim beber naquela secura, porque, entretanto, vou comendo as minhas sopas, tal como V. Ex.^a os seus jantares. Que lhe façam bom proveito e que o Governo, rapidamente, cumpra as promessas que faz, porque, se não, o Algarve tem todo o direito de acusar o Governo, como aqui fiz, de cometer um crime inadmissível contra o progresso do Algarve e dos Algarvios.

V. Ex.^a, que é um algarvio por adopção, já deve ter experimentado que nós, lá, temos limites para a paciência e que não há jantares, banquetes ou inaugurações que nos façam calar quando temos razão.

Aplausos do PS.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Vieira.

O Sr. Rui Vieira (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Há poucos dias, os Srs. Deputados do PSD, de Leiria, vieram a público fazer uma mão-cheia de promessas: meia dúzia de estradas, mais meia dúzia de escolas, três postos da Guarda Nacional Republicana, etc.

Louvavelmente preocupado com o bem-estar das populações, mas também com o olho posto nas próximas eleições autárquicas, o PSD promete, aliás à semelhança daquilo que fez por todo o País. Promete muito, pois não vá o Diabo tecê-las e às duas câmaras perdidas no distrito nas últimas eleições autárquicas se venham juntar outras tantas nas próximas eleições. Prometem muito, mas passam significativamente ao lado dos problemas que necessitam da intervenção do Governo.

Podia aqui maçar-vos e fazer uma longa enumeração de casos, mas não vou fazê-lo, porque tenho muito apreço pela vossa paciência e não quero abusar dela. Citarei apenas dois casos: em primeiro lugar, a crise que atinge alguns dos mais dinâmicos sectores produtivos do distrito e, em segundo lugar, a preocupante situação ambiental que se verifica em todo o distrito de Leiria.

Tratemos do primeiro — a crise que afecta os principais sectores produtivos. Uma agricultura, outrora próspera, está num beco sem saída, Srs. Deputados: é o vinho que não se vende, transbordando das adegas; são os factores de produção cada vez mais caros; é a competição inexorável da fruta espanhola, etc. As consequências conhecem-nas VV. Ex.^a: agricultores a cortarem estradas, como aconteceu no ano passado, e a derramarem vinho e leite em locais públicos, em quase todas as sedes de concelho do distrito, em sinal de protesto.

Como já vos disse, os Deputados do PSD fizeram, há três dias, 80 promessas, 5 por concelho, mas, sobre a agricultura, nem uma palavra.

A crise, Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, também já chegou à indústria, com algumas unidades fechadas e centenas de desempregados recentes. Os Srs. Deputados, como se sabe, prometeram muito, mas, sobre a indústria, não oussaram dizer nada, e comprehende-se porquê. É que o Governo deu, aliás, também aqui, um importante contributo, fechando a Fábrica Irmãos Stephens, propriedade do Estado e museu de história viva, e lançando mais de 400 trabalhadores no desemprego.

A segunda questão que quero expor tem a ver com o facto de a situação ambiental em todo o distrito ser, neste momento, verdadeiramente preocupante: rios poluídos; a lagoa de Óbidos assoreada e também poluída; enorme sobrecarga de poluição provocada pelas celuloses, etc. Os rios Lis e

Lena eram, há pouco mais de 15 anos, rios limpos, procurados pelas populações nas suas horas de lazer. Neste momento, são rios que se encontram completamente mortos. As causas são conhecidas: a grande concentração de suiniculturas; esgotos de fábricas; esgotos domésticos da cidade de Leiria, da Batalha e de Porto de Mós.

Os Srs. Deputados poderiam, porventura, ter pedido ao Governo a declaração da situação de emergência para os rios Lis e Lena, de modo a desencadearem as acções necessárias para assegurar a qualidade das águas, mas não o fizeram. Por outro lado, as fábricas de celulose poluem intensamente quer o mar, quer as águas do mar, quer a atmosfera. Lembraram-se os Srs. Deputados de recomendar ao Governo que tomasse medidas urgentes para pôr termo às evidentes infracções à lei cometidas pelas fábricas de celulose, com as consequências nefastas de verdadeiro desastre para a qualidade do ar e da água? Não, não o fizeram!

Com a melhor das intenções, gostava de deixar aqui um apelo aos Srs. Deputados do PSD: é que, para a próxima, se lembrem de um outro tipo de necessidades, para além da política do alcatrão, porque não fizeram outra coisa senão prometer estradas. E estradas que, aliás, têm a ver com um plano rodoviário nacional, já há muito elaborado, que, como é do conhecimento público, ignora completamente milhares de quilómetros de estradas secundárias, que, infelizmente, foram entregues às câmaras, e que estão numa situação de progressiva degradação, dado que as câmaras municipais, como sabemos, não têm os meios à sua disposição para ter essas vias em boas condições de trânsito.

Assim, deixo aqui o meu, mais do que conselho, apelo aos Srs. Deputados do PSD, para bem do nosso distrito de Leiria.

Aplausos do PS.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Inscreveu-se, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado João Poças Santos. O PSD já não dispõe de tempo para o fazer, mas o CDS cedeu-lhe algum.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. João Poças Santos (PSD): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente. Quero também agradecer ao CDS o facto de me ter cedido algum do seu tempo para eu fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Rui Vieira.

O Sr. Deputado Rui Vieira, cuja intervenção tive oportunidade de ouvir através do circuito interno da Assembleia, colocou várias questões com interesse para o distrito de Leiria. Algumas delas, sem complexos, que nós também subscrevemos, nomeadamente as que dizem respeito ao estado das estradas e às questões ambientais.

No entanto, o Sr. Deputado Rui Vieira atacou, de algum modo, os Deputados do PSD, relativamente ao enunciado de medidas que preconizamos. E, voluntariamente, porque sabe que esse documento não tem o conteúdo de promessa eleitoral dos Deputados do PSD, falou aqui de 80 promessas dos Deputados sociais-democratas pelo distrito de Leiria.

Sr. Deputado Rui Vieira, V. Ex.^a sabe bem que esse documento é um enunciado sério de questões que dizem respeito ao nosso distrito; sabe bem que o PS e os seus Deputados nunca tiveram a coragem de formular um documento semelhante; sabe bem, com certeza, que, no nosso distrito, todas as intervenções que possamos fazer como Deputados, no sentido de sensibilizar as autoridades governamentais e a Administração Pública para as questões do distrito, serão sempre positivas.

Por isso dir-lhe-ia o seguinte: V. Ex.^a contabilizou essas medidas que preconizamos, mas leu mal o documento. De facto, chamamos a atenção, de uma maneira firme, para os problemas da agricultura e da indústria no nosso distrito. Aconselho o Sr. Deputado Rui Vieira a reler mais atentamente esse documento.

Estamos efectivamente preocupados com as questões do nosso distrito, ao contrário do responsável máximo do seu partido no distrito, que, no mesmo dia em que o PSD deu uma conferência de imprensa para a apresentação desse documento — que, como lhe disse, é um documento sério, com propostas concretas que gostaríamos que fossem também subscritas pelos Deputados da oposição do nosso distrito —, limitou-se a dizer nada, como aliás a imprensa muito bem assinalou.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Perguntaria ao Sr. Deputado Rui Vieira se subscreve a posição que o actual líder distrital do PS tem nessa matéria, isto é, a de nada dizer em relação aos problemas do distrito e de apenas atacar o PSD, numa luta partidária mesquinha, não dizendo, no entanto, nada de positivo.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Vieira.

O Sr. Rui Vieira (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado João Poças Santos, não queria melindrá-lo e penso que não o fiz. Com efeito, limitei-me a usar aqui uma figura de estilo. V. Ex.^a faz muito bem em prometer. Aliás, é da essência do discurso a promessa ...

O Sr. João Poças Santos (PSD): — Não são promessas! É um levantamento dos problemas!

O Orador: — São promessas! É um elenco de promessas e espero bem que as cumpram!

Protestos do PSD.

Se algum mérito a minha intervenção tem, é a de chamar a atenção dos Deputados do PSD e do Governo — os que, de facto, têm os meios para resolver as situações, porque são os senhores que, neste momento, têm a responsabilidade de dar resposta aos problemas que enunciiei — para algumas questões de grande gravidade. Não negaré que a grande concentração de suiniculturas, neste momento, está a causar problemas de ruptura graves no nosso distrito.

Veja o que está a acontecer na baía de São Martinho do Porto e a importância que essa baía tem no plano económico e social, mas fundamentalmente no económico, sob o ponto de vista turístico. Sabe que o rio Tornada está numa situação de ruptura; sabe que os esgotos correm a céu aberto; sabe que existem 4000 suiniculturas, só nos concelhos de Alcobaça e das Caldas da Rainha, e que elas estão, neste momento, já a atingir os lençóis freáticos que abastecem as populações.

Portanto, este é um problema de grande gravidade e é só um exemplo que quero dar-lhe no sentido de dizer que também a minha intervenção foi séria. Os senhores podem prometer....

O Sr. João Poças Santos (PSD): — Não são promessas!

O Orador: — ... mas eu também tenho a obrigação de chamar a atenção para alguns grandes problemas que não têm obtido nem da vossa parte nem da acção do Governo a resposta adequada.

Aplausos do PS.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta de um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre substituição de um Deputado.

O Sr. Secretário (Alberto Araújo): — Sr.^a Presidente e Srs. Deputados: O relatório e parecer refere-se à substituição do Sr. Deputado Álvaro Barreto, do PSD, pelo período de 8 a 22 de Junho, pelo Sr. Deputado Francisco José Martins.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, está em apreciação.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes e dos Deputados independentes Mário Tomé e Raul Castro.

Srs. Deputados, terminámos, por hoje, os nossos trabalhos.

A próxima sessão plenária terá lugar amanhã, dia 9, pelas 15 horas, tendo como ordem do dia a apreciação dos projectos de lei n.^o 145/VI e 146/VI, ambos subscritos pelo PS, respectivamente sobre a prevenção e tratamento da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana e sobre a indemnização às vítimas de contágio pelo vírus da imunodeficiência humana na sequência de transfusão sanguínea.

Está encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 5 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

António Esteves Morgado.

Carlos Duarte Oliveira.

Carlos Manuel Gonçalves.

Cecília Pita Catarino.

Duarte Rogério Pacheco.

Ema Maria Lôia Paulista.

Filipe Manuel Silva Abreu.

Francisco Antunes da Silva.

Francisco Bernardino Silva.

Francisco José Martins.

Guilherme Rodrigues Silva.

Hilário Azevedo Marques.

Jaine Carlos Marta Soares.

João Alberto Granja Silva.

João José da Silva Maçãs.

Joaquim Vilela de Araújo.

José Alberto Puig Costa.

José Bernardo Falcão Cunha.

José Júlio Carvalho Ribeiro.

Luis Carrilho da Cunha.

Manuel Lima Amorim.

Maria da Conceição Pereira.

Maria de Lurdes Póvoa Costa.

Maria José Barbosa Correia.

Melchior Pereira Moreira.

Miguel Bento Macedo e Silva.

Olinto da Cruz Ravara.
 Rui Alberto Limpo Salvada.
 Rui Chancerelle de Machete.

Partido Socialista (PS):
 Alberto Arons de Carvalho.
 Alberto Bernandes Costa.
 João António Gomes Proença.

Partido Comunista Português (PCP):
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Luís Carlos Martins Peixoto.

Centro Democrático Social (CDS):
 Narana Sinai Coissoró.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):
 António Santos Pires Afonso.
 Carlos Almeida Figueiredo.
 Elói Franklin Ribeiro.
 José Pereira Lopes.
 Leonardo Ribeiro de Almeida.
 Luís Carlos David Nobre.
 Manuel Costa Andrade.
 Marília Dulce Pires Morgado.
 Pedro Augusto Cunha Pinto.
 Pedro Manuel Passos Coelho.
 Vasco Francisco Miguel.
 Vítor Manuel Igreja Raposo.

Partido Socialista (PS):

Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Manuel Costa Candal.
 Carlos Manuel Luís.
 Edite Marreiros Estrela.
 José Eduardo Cruz Jardim.
 José Manuel Magalhães.
 José Rebelo dos Reis Lamego.
 José Rodrigues dos Penedos.
 Maria Santa Clara Gomes.
 Rogério Conceição Martins.

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Gomes Carvalhas.
 Lino Marques de Carvalho.
 Maria Odete dos Santos.
 Octávio Augusto Teixeira.

Centro Democrático Social (CDS):

José Luís Nogueira de Brito.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

André Valente Martins.

Deputado independente:

Raul de Moraes e Castro.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.

DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



1 — Preço de página para venda avulso, 6\$ + IVA; preço por linha de anúncio, 178\$ + IVA.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 164\$00 (IVA INCLUÍDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1092 Lisboa Codex.